



OBSERVADOR RURAL
Nº 152
Dezembro 2024

**MULTIDISCIPLINARIDADE DAS CAUSAS E DOS CONFLITOS.
O CASO DE MOÇAMBIQUE**

João Mosca

O documento de trabalho (*Working Paper*) *OBSERVADOR RURAL* (OMR) é uma publicação do Observatório do Meio Rural. É uma publicação não periódica de distribuição institucional e individual. Também pode aceder-se ao *OBSERVADOR RURAL* no *site* do OMR (www.omrmz.org).

Os objectivos do *OBSERVADOR RURAL* são:

- Reflectir e promover a troca de opiniões sobre temas da actualidade moçambicana e assuntos internacionais.
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, de pesquisas e reflexões sobre temas relevantes do sector agrário e do meio rural.

O *OBSERVADOR RURAL* é um espaço de publicação destinado principalmente aos investigadores e técnicos que pesquisam, trabalham ou que tenham algum interesse pela área objecto do OMR. Podem ainda propor trabalhos para publicação outros cidadãos nacionais ou estrangeiros.

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito o Observatório do Meio Rural nem os seus parceiros ou patrocinadores.

Os textos publicados no *OBSERVADOR RURAL* estão em forma de *draft*. Os autores agradecem contribuições para aprofundamento e correcções, para a melhoria do documento.

MULTIDISCIPLINARIDADE DAS CAUSAS E DOS CONFLITOS. O CASO DE MOÇAMBIQUE

João Mosca

1. INTRODUÇÃO

Os conflitos podem assumir diferentes naturezas, desde em situações (estágios) latentes até em condições massificadas, de uma parte ou da maioria da população de um país ou região (por exemplo, indignação ou percepção de injustiças no acesso e distribuição de recursos, rendimentos e acessibilidades a serviços básicos do bem-estar, etc.). Outros conflitos são de natureza laboral relacionados principalmente com níveis e diferenças salariais, condições de trabalho, atrasos no pagamento dos salários e horas extras, carreiras profissionais, benesses a determinados cargos e posições profissionais, entre outras. Existem conflitos de raízes ou através da instrumentalização de sentimentos religiosos, civilizacionais, raciais e étnicos, que estão sempre imbuídos de objectivos políticos e de poder, económicos e sociais¹. Existem guerras de delimitação fronteiriça (terrestre e marítima), de libertação nacional, de delimitação territorial, por razões de segurança ou por ideologias.

O texto procura fundamentar que a compreensão dos conflitos necessita de análises multidisciplinares² sobre as causas dos mesmos, necessariamente multifacetadas. Igualmente, defende que as causas e os efeitos alimentam-se e reforçam-se mutuamente, com relações de causalidade que variam no tempo e no espaço. A análise multidisciplinar deve ser complementada com análises especializadas em diferentes áreas de conhecimento.

As análises que geralmente se realizam dificilmente são em grande parte influenciadas por razões múltiplas, existindo para os efeitos motivações diversas. O autor faz, neste caso, uma tentativa de análise na expectativa de que o princípio da multidisciplinaridade seja adoptado, pelo menos ao nível dos centros de decisão, dos comentaristas e académicos, personalidades da sociedade e, se possível, dos órgãos de informação. Este objectivo torna-se tanto mais difícil, quanto maiores forem os interesses geoestratégicos, políticos, económicos, ou reivindicativos de identidades socioculturais, civilizacionais ou étnicos das realidades em análise.

¹ São conhecidas as guerras religiosas de França entre católicos e protestantes reformados/calvinistas entre 1562 e 1598 (com períodos curtos de paz ao longo desses anos), tendo assumido a natureza de uma guerra civil. Esta guerra incluiu também enfrentamentos políticos, lutas sociais e divergências culturais. Knecht, Robert J. (1996). *The French Wars of Religion 1559–1598*. Seminar Studies in History (2nd ed.). New York: Longman.

Mais recentemente, existem autores que consideram que as guerras no Afeganistão, Nigéria, Iraque, Israel, Sudão, Tibete, também tiveram naturezas (embora não somente) religiosas e étnicas. Jessica Soares, <https://super.abril.com.br/coluna/superlistas/7-conflitos-atuais-causados-por-diferencas-religiosas>.

Huntington, Samuel P. (1999). *O Choque das Civilizações*. Gradiva. No resumo do livro vem: "o clima actual e o leque de possibilidades da evolução da política mundial, o autor apresenta a sua tese (naturalmente controversa em alguns dos seus aspectos e implicações) do modo como as «civilizações» se substituíram às nações e ideologias como a força condutora da política global. <https://www.fnac.pt/>.

² Veja na secção 2, alguns apontamentos sobre os conceitos de multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, com base na obra de Jairo Gonçalves Carlos, *Interdisciplinaridade no Ensino Médio: desafios e potencialidades*. <https://www.pucsp.br/>.

O texto possui além da introdução, mais quatro secções. Na segunda secção apresenta-se um esquema para o enquadramento analítico de alguns tipos de conflitos que se viveram em Moçambique nos últimos anos. Na segunda secção é feita uma breve referência sobre a hipótese do texto e as fontes utilizadas. Na secção três faz-se uma análise multidisciplinar dos factores dos conflitos em Moçambique, destacando-se: (1) o sistema político, em particular a fragilidade/força do Estado e instituições; (2) conflitos militares; (3) tráfico de drogas; (4) economia; (5) pobreza e desigualdades sociais e territoriais; (6) emprego e salário mínimo; (7) educação e saúde; (8) questões laborais e sociais; (9) ambiente; e, (10) demografia. Na secção final, faz-se um resumo.

2. METODOLOGIA E HIPÓTESE

O autor considera que, embora com importância relativa diferenciada, as causas dos conflitos são comuns, mas com dimensões diversas quanto à intensidade, abrangência espacial e consequências económicas, sociais e humanas. As causas (ou factores) de conflitos, são, sobretudo, de natureza geoestratégica, económica (por exemplo acesso a recursos), territoriais, eventos climáticos, conflitos laborais e sociais. Existem casos em que os factores de conflito são utilizados como justificativas, propaganda política e ideológica, como são as razões ideológicas, religiosas, civilizacionais, étnicas, raciais, entre outras.

O autor procura fundamentar a seguinte hipótese: Os conflitos de diferentes naturezas manifestam-se de diversas formas e resultam de uma combinação de factores que se reforçam mutuamente, e geram dinâmicas políticas, económicas e sociais que podem resultar na reprodução e ampliação dos conflitos.

Este texto baseia-se numa abordagem multidisciplinar referindo os factores e efeitos considerados mais importantes actuais e passados em Moçambique, com ênfase para o período após a independência.

O texto baseia-se em dados secundários e faz referências a vários textos e autores, tendo sido preparado para publicação depois de uma apresentação na Conferência Anual do OMR, realizada nos dias 6 e 7 de Agosto de 2024, sobre o tema "Factores impulsionadores de conflitualidade em Moçambique".

3. TIPOS DE CONFLITOS

3.1 Factores e tipos de conflito

Os conflitos podem assumir diferentes formas, sobretudo as seguintes: guerra (convencional, guerrilha, etc.); manifestações sociais, por razões de injustiça e desigualdades políticas, económicas e sociais, laborais, reassentamentos, etc.), podendo assumir a forma passiva/silenciosa.

Figura 1
Factores e tipos de conflito



Fonte: Elaboração do autor.

A figura 1 apresenta os factores que normalmente são geradores de diferentes tipos de conflito, diferenciando-se o que o autor considera de factores principais e secundários, isto é, os que, regra geral, possuem maior influência na geração e reprodução de conflitos. Os secundários são factores que, geralmente, não são geradores de conflitos, mas que são utilizados pelas narrativas políticas justificativas e utilizadas na propagação.

Neste trabalho, seleccionaram-se os conflitos que em Moçambique têm, ou tiveram, maiores repercussões na vida das populações (perdas humana – alimentação, alojamento, saúde, escolas, espaços de produção, as, deslocamentos), situações humanitárias³ e na economia (crescimento económico, investimento externo e interno, emprego, pobreza, relações económicas com o exterior e finanças públicas). São também referidos conflitos ou situações de potencial conflito, como são e/ou foram os casos dos momentos pós-eleitorais, as reivindicações laborais (sobretudo nas áreas da saúde e educação e em alguns sectores empresariais), as ocupações ilegais ou ilegítimas de terra, deslocamentos forçados sem cumprimento do legislado e dos acordos entre as partes (indenizações, terras alternativas para a produção e acesso comunitário de recursos, condições de habitação, prestação de serviços nos locais dos reassentamentos, etc.).

As interligações entre os factores de conflito não resultam de um estudo que quantifique as relações de causa-efeito, sobre os níveis de dependência e de interdependência (graus de determinação - influência) e sobre a intensidade dos factores no tempo e no espaço.

Os conflitos acontecem dependendo, em grande medida, da combinação de factores, como, por exemplo, existência de ambientes políticos não democráticos, quando os direitos humanos são sistematicamente desrespeitados, acontecem usos abusivos de forças repressivas ou de captura de organizações políticas e da sociedade civil, e de personalidades opositoras ou, simplesmente, críticas no exercício das suas funções de soberania. Os conflitos surgem quando as oportunidades económicas e de negócios se concentram em elites e em regiões, coincidentes ou não, com as

³ Feijó, João, Maquenzi, Jerry e Rachide, Aleia (2022). *Ingredientes para uma revolta de jovens – Pobreza, sociedade de consumo e expectativas frustradas*. Observador Rural N° 121- OMR. Maputo.

regiões de origem dessas elites⁴. Estes factores são agravados pela presença persistente, nos escalões superiores das burocracias, de corrupção envolvendo grandes valores económicos, acesso a recursos, facilidades extralegais nos negócios ou cobertura/encobrimento político.

Há conflitos resultantes da existência de factores estratégicos, como o controlo de rotas comerciais, a presença de forças militares e de segurança ou o acesso a recursos naturais estratégicos. Nestes casos, estabelecem-se relações múltiplas entre interesses internacionais e nacionais ou regionais, no sentido do estabelecimento de condições favoráveis para a implantação de bases militares, aparelhos de segurança e empresas multinacionais para a exploração dos recursos. Estes territórios são, muitas vezes, palco de interesses internacionais não-convergentes, podendo gerar conflitos internacionalizados, militares ou de outras dimensões/envolvimento.

Os conflitos podem evoluir de formas não-violentas para violentas, com frequência, duração e intensidade variáveis. Podem ter diversas naturezas nos limites democráticos (debate político em diferentes *fora*, manifestações laborais, greves, manifestações de grupos sociais por razões diversas, etc.), para formas anticonstitucionais e violentas (por exemplo, guerras, invasões transfronteiriças, golpes de Estado, instabilidade militar, uso desproporcional da força em momento eleitorais, em manifestações e em greves). Noutras ocasiões, os conflitos são motivados e dirigidos de fora de um país, com ou sem envolvimento de forças internas, e com acções de mobilização para apoio de populações em situação de indignação ou revolta (resistência) passiva. Os períodos imediatamente antes do início dos conflitos são, geralmente, precedidos de negociações.

Os conflitos violentos têm como factores importantes, os seguintes: (1) questões geoestratégicas (sejam económicas, como de domínio de rotas marítimas ou terrestres); (2) aspectos económicos, como a disputa por acesso a recursos estratégicos e domínio de rotas para o interior a partir da costa (referido acima).

No caso de Moçambique, os factores identitários e de passados históricos que configuram as actuais etnias, levam a exigir por parte dos grupos etno-linguísticos, maior representatividade nos sistemas políticos, maior acesso a recursos e negócios, para além do reconhecimento e valorização das suas identidades socioculturais e fazendo parte da construção de um Estado unitário⁵.

⁴ Feijó, João (2024). Fragilização do Estado, desgaste do tecido social e ausência de perspectivas para a resolução do conflito. Destaque Rural N° 268. OMR. Maputo.

⁵ Em África e em Moçambique, persistem, no fundamental, as fronteiras traçadas na Conferência de Berlim em 1884/1885. A Conferência de Berlim (cujo texto está disponível na net) não traçou especificamente as fronteiras dos Estados. Ela foi convocada para delimitar fronteiras nos rios Congo e Níger e definir as regras de anexação de territórios pelos (15) países signatários. A regra da ocupação efectiva foi definida como condição *sine-qua-non* para a reclamação da posse de territórios, que poderia ser contestada por qualquer dos signatários; foi o que fez, de forma imperial e agressiva, a Grã-Bretanha, no caso do mapa cor-de-rosa (é interessante notar que o Império Britânico votou contra o critério da ocupação efectiva). A pertença da região de Delagoa Bay foi resolvida por arbitragem, decidida por Mac-Mahon. O essencial das fronteiras, com ênfase na África subsaariana, foi sendo traçado nas décadas posteriores, com maior ou menor resistência armada dos que habitavam os territórios anexados. Ressalta-se, no entanto, a existência de guerras de disputas fronteiriças posteriores, como foi o caso dos confrontos com o colonialismo britânico em Moçambique, como por exemplo, na região do rio e na província de Tete.

No caso de Moçambique, veja as secções 3.2 (conflitos militares) e 3.8 (conflitos laborais, sociais e pós-eleitorais).

A cidadania e a sociedade civil (as organizações de trabalhadores, religiosas e corporações de génese profissional e com outros objectivos – humanitários, de investigação e advocacia, etc.), e aglutinadora dos interesses e dos direitos dos seus membros numa base de valores e princípios democráticos, podem ter importantes papéis na prevenção, negociação e gestão de conflitos, e, em momentos de pós-conflito, para monitorizar os acordos de paz e entendimento, para a redução dos factores de novos conflitos ou de reactivação dos anteriormente existentes.

O fim dos conflitos acontece quando, regra geral, as negociações têm, pelo menos, quatro dimensões: (1) soluções do interesse das partes envolvidas e, portanto, uma possível solução duradoura; (2) acordos sem satisfação plena de uma das partes ou com data irrealistas de resolução dos aspectos negociados, que geralmente terminam por não se concretizarem; (3) ruptura de negociações quando uma ou as partes envolvidas não vê as suas reivindicações/posições satisfeitas; (4) capacidade das partes no cumprimento dos compromissos assumidos nos acordos⁶. As negociações de paz surgem, regra geral, quando existe uma situação de grande supremacia militar de uma das partes, grande apoio popular e crise económica e social insustentável.

3.2 Multidisciplinaridade na análise de conflitos

“A multidisciplinaridade representa o primeiro nível de integração entre os conhecimentos disciplinares (...). Neste método de análise, (...) “os conhecimentos são estanques e estão todos num mesmo nível hierárquico e, além disso, não há nenhuma “ponte” entre tais domínios disciplinares, o que sugere a inexistência de alguma organização ou coordenação entre tais conhecimentos.

(...) Na pluridisciplinaridade, diferentemente do nível anterior, observamos a presença de algum tipo de interação entre os conhecimentos interdisciplinares, embora eles ainda se situem num mesmo nível hierárquico, não havendo ainda nenhum tipo de coordenação proveniente de um nível hierarquicamente superior”. Os limites entre a multidisciplinaridade e a pluridisciplinaridade é muito difusa e muitos autores não a consideram como dois métodos diferentes⁷.

(...) A interdisciplinaridade supõe um eixo integrador, que pode ser o objecto de conhecimento, um projecto de investigação, um plano de intervenção. Nesse sentido, ela deve partir da necessidade sentida pelas escolas, professores e alunos de explicar, compreender, intervir, mudar,

Na realidade, seria eventualmente mais unificadora a narrativa assente no conceito de Estado unitário com respeito pelas identidades socioculturais e suas representatividades nos sistemas políticos e na economia, em ambiente democrático e inclusivo.

⁶ “...em nenhuma parte do mundo a reconciliação se faz de discursos, ela é feita de acções concretas do ponto de vista do processo de construção das instituições” e alertou que a actual fragilidade do Estado “é o resultado das nossas opções como país ao longo dos anos”. Salvador Forquilha intervenção na conferência comemorativa do 12º aniversário do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE). Em Jornal A Verdade, 20 de Setembro de 2019.

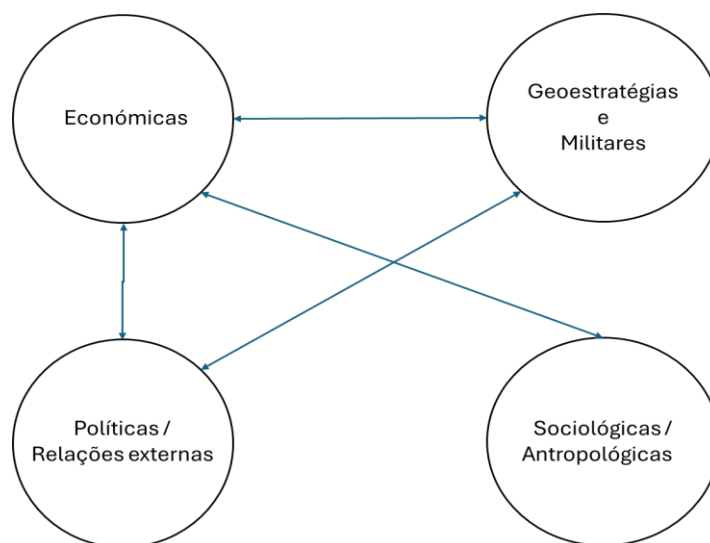
⁷ “Há qualquer coisa estranha nesta família de palavras. Umhas vezes são usadas umas, outras vezes outras. Há pessoas que gostam mais de uma e a usam em todas as circunstâncias, outras mais de outras. Como se fosse uma questão de gostar ou não gostar. Mas é assim que as coisas funcionam. Pombo, Olga (2004). *Interdisciplinaridade e Integração dos Saberes*. Congresso Luso-Brasileiro sobre Epistemologia e interdisciplinaridade na Pós-graduação”, realizado em Porto Alegre, Brasil, na Universidade Pontifícia do Rio Grande do Sul.

prever, algo que desafia uma disciplina isolada e atrai a atenção de mais de um olhar, talvez vários (...)

(...) A transdisciplinaridade representa um nível de integração disciplinar além da interdisciplinaridade. Trata-se de uma proposta relativamente recente no campo epistemológico. Japiassú⁸ a define como sendo uma espécie de coordenação de todas as disciplinas e interdisciplinas do sistema de ensino inovado, sobre a base de uma axiomática geral. Como se pode observar na Figura 4, este é um tipo de interação onde ocorre uma espécie de integração de vários sistemas interdisciplinares num contexto mais amplo e geral, gerando uma interpretação mais holística dos factos e fenómenos”.⁹

O autor adopta estas abordagens para a análise integrada dos factores e conflitos e seus efeitos na realidade moçambicana. A figura 2 apresenta as principais disciplinas para a análise de situações de conflitos, onde apenas estão representadas as áreas de conhecimento que o autor pensa serem as fundamentais para a compreensão dos vários tipos de conflitos. Observe-se ainda que as setas indicam relações biunívocas entre as disciplinas, o que representa a multidisciplinaridade de análise.

Figura 2
Multidisciplinaridade para a análise de conflitos



Nota: a geoestratégia contém em si, a componente militar. Neste caso foi incluído para ressaltar a enfase.

Fonte: Elaboração do autor.

As ciências militares relacionam aspectos de estratégia e tática militares, equipamentos, organização interna do exército nos seus diferentes ramos, a mobilidade dos soldados e dos equipamentos, logística (armamento, munições, alimentação, fardamento, etc.), e a formação de soldados preparados para as exigências do tipo de guerra em questão. O aparelho de segurança e a *intelligence* são fundamentais em situações de conflito ou de simples espionagem, enquanto

⁸ Japiassu, Hilton (1976). *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro. Imago.

⁹ Jairo Gonçalves Carlos. Obra citada.

informação ou prevenção, e actuam em íntima ligação com as estratégias militares e económicas. As relações internas, a organização e capacidade no sector de militar e de segurança são mais relevantes elevadas em condições de conflito, o que, regra geral, implica cooperação militar com outros países, sobretudo em equipamentos, treino, troca de informação de segurança e, em casos extremos, presença de exércitos em território nacional.

Para além das relações especializadas no âmbito militar, os conflitos exigem relações diplomáticas específicas para que a comunidade internacional e, em particular as organizações supranacionais de que o país em conflito é membro, e com quem existem maiores interesses geoestratégicos, económicos e de influencia política, compreendam os conflitos e apoiem os pontos de vista apresentados.

A cooperação militar geralmente não possui contrapartidas directas, mas, sim, facilidades de acesso e exploração de recursos por intermédio das multinacionais e de médias e grandes empresas dos países cooperantes, e consequente facilitação da mobilidade fronteiriça e de residência, sobretudo dos técnicos das empresas.

As situações de conflito são propícias ao desenvolvimento de tráficos de diferentes naturezas (droga, recursos minerais, madeira, chifres de rinoceronte e marfim, etc.), bem como de negócios ilícitos (ou não-transparentes) no seio de tecido empresarial nacional com maiores conexões com as autoridades políticas e militares.

Os assuntos militares, além das relações com os poderes políticos, exigem conhecimento e desenvolvimento de relações estreitas com a população nos territórios em que se desenvolvem os conflitos, o que exige conhecimento sobre as relações étnicas, de poder local e comunitário, dos sentimentos da população entre as identidades nacional com as étnicas/regionais/religiosas, as relações entre os poderes locais do Estado e da sociedade, etc., para minimizar ou eliminar os factores locais do conflito. Estes aspectos necessitam de conhecimento e pesquisa nas áreas das ciências de sociologia, política, da antropologia e da história.

Os conflitos estão relacionados com a economia, no que respeita aos gastos do Estado com aumento de gastos nas áreas de defesa e segurança e redução nas áreas sociais, com implicações no crescimento da economia, no investimento, produção, emprego, inflação, nos défices e dívida pública e externa, nos fluxos externos de mercadorias e de capitais, nas relações e alianças com o exterior, entre outros indicadores, que se reflectem em crises globais das sociedades.

É importante que o governo, as forças militares, a sociedade civil, as autoridades locais, com o apoio da comunidade internacional, reforcem a capacidade e aumentem os recursos para acudir a situações de emergência (reassentamentos - alojamento, alimentação, assistência médica, escolas, etc.), de modo a obter o apoio popular ou evitar relações entre a população e as outras partes em conflito. As condições de conflito abrem espaços para o reforço do autoritarismo político, a redução dos direitos e liberdades dos cidadãos, para o controlo da informação e o não-respeito pelos direitos humanos. Nestes aspectos, tem grande importância a intervenção da sociedade civil (incluindo as igrejas), sobretudo a que actua a nível nacional, para evitar, denunciar e divulgar os abusos decorrentes dos conflitos praticados pelas partes em conflito. Organizações internacionais, as Organizações Não-Governamentais, as embaixadas acreditadas no país, etc. têm igualmente importância na denúncia desses abusos.

~~Os riscos,~~ A natureza e importância dos factores de conflitos, a frequência e intensidade dos conflitos, estão ainda associados às fragilidades do Estado¹⁰, tanto como factor de conflitos, como da capacidade de resolução por negociações e, ainda, por superação de conflito, com processos posteriores de redução/eliminação dos factores de risco.

4. FACTORES E CONFLITOS EM MOÇAMBIQUE

Existem vários factores de conflito em Moçambique, destacando-se: (1) sistema político - fragilidades/forças do Estado e das instituições, públicas e privadas; (2) frequência cíclica de conflitos militares nos últimos setenta anos¹¹; (3) tráfico de drogas; (4) problemas/crises económicos; (5) pobreza e desigualdades sociais e territoriais; (6) desemprego; (7) qualidade e disponibilidade de serviços de educação e saúde; (8) questões laborais e sociais; e, (9) eventos ambientais violentos.

4.1 Sistema político – fragilidades/forças do Estado e instituições

Moçambique começou por ter um Estado de partido único (Frelimo¹²) de natureza autoritário (desde a independência em 1975 até às primeiras eleições gerais em 1994, após o fim da guerra civil). Desde então, a Frelimo tem permanecido no poder como partido dominante, resultante de eleições gerais sobre as quais sempre houve contestação dos partidos concorrentes e de segmentos da sociedade. Existiram conflitos armados após as eleições de 2014 e de 2019¹³. Nesse período, houve momentos de maior abertura democrática e, momentos de maiores restrições às liberdades dos cidadãos, em algumas circunstâncias, com repressão policial e assassinatos políticos¹⁴. O Estado partidarizado transformou-se numa plataforma de distribuição de recursos e de negócios em favor das elites partidária e da governação¹⁵, com frágil, ou quando conveniente, separação entre os poderes legislativo, executivo e judicial, com forte concentração de poderes no Presidente da República e centralização dos poderes de decisão nos órgãos de cúpula do Estado. As narrativas políticas não foram ajustadas às realidades sociais e

¹⁰ “De acordo com uma definição da OCDE, considera-se frágil a região ou Estado que “tem fraca capacidade de levar a cabo funções de governação básicas e não tem capacidade para desenvolver relações mutuamente construtivas com a sociedade. As regiões ou Estados frágeis são também mais vulneráveis a choques internos e externos tais como crises económicas ou calamidades naturais ...

... Com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (e tendo em conta o ODS 16 – Sociedades Pacíficas e Estáveis e Instituições Eficazes), definiu-se uma nova abordagem de fragilidade, sendo esta aplicável a todos os países do mundo, baseada em cinco dimensões: (i) Violência; (ii) Justiça; (iii) Instituições responsáveis e inclusivas; (iv) Inclusão económica e estabilidade; (v) Capacidade de adaptação a choques sociais, económicos e ambientais e calamidades”, <https://www.instituto-camoes.pt/>.

¹¹ Guerra de libertação nacional, guerra civil, guerra de (em Cabo Delgado) e dois conflitos militares pós-eleições, totalizando perto de 40 anos.

¹² No III Congresso da Frelimo, a Frente de Libertação de Moçambique transformou-se de movimento de libertação nacional em partido político de corte marxista, autoritário, de génese militar.

¹³ Designados pelo Estado como guerras de desestabilização, que duraram relativamente pouco tempo (2 a 3 anos) e abrangendo pequenas partes do território nacional, sobretudo na zona Centro do país.

¹⁴ O exemplo do assassinato de Giles Cistac foi o mais mediatizado e de maior impacto na sociedade.

¹⁵ “Na prática, a posição de domínio da Frelimo é potencializada por uma série de elementos conjunturais e mecanismos que ajudam a consolidar o poder do partido na máquina do Estado e que são potencializados pelo controle dos recursos económicos e por dinâmicas de clientelismo e patronagem”. Maschietto, Roberta Holanda (2023). *Os desafios e a resiliência da democracia em Moçambique*. Universidade do Estado de São Paulo. Mosca, João (2023). *ADN Frelimo: poder e dinheiro*. Centro de Integridade Pública. Maputo.

antropológicas do território nacional, propagando-se a ideia de um Estado-Nação, quando deveria ser a de um Estado unitário com respeito pelas diversidades culturais religiosas e outras, onde o sentimento de nacionalidade superaria, a longo prazo, a etnia, raça, religião, etc.¹⁶

A fragilização do Estado e das instituições privadas e da sociedade civil é uma causa e, simultaneamente, uma consequência do sistema político, da pouca tradição de uma cidadania activa, de um débil sector privado weberiano produtivo e competitivo¹⁷ e com espírito capitalista¹⁸. Resulta também do autoritarismo, dos métodos de direcção (comando militar hierarquizado), da presença dos comités do partido dentro das instituições públicas, do controlo securitário e repressivo e do domínio das instituições por nomeações partidárias de que resulta um forte domínio do Estado sobre os cidadãos, coarctando o crescimento da cidadania. A repressão social está presente em manifestações e greves, e o uso abusivo da força é uma constante nestas ocasiões. Nestes aspectos de defesa e reprodução do poder e do controlo social, o Estado não é frágil, pelo contrário, é muito forte.

Por outro lado, a fragilidade do Estado é proporcional à da economia. A pobreza e os baixos salários facilitam, a curto prazo, a lucratividade¹⁹, a competitividade, a extroversão da economia, onde se concentra o investimento directo estrangeiro (IDE)²⁰, reduzindo e diferenciando os níveis de rendimento em favor das elites e dos funcionários públicos, em particular dos escalões médios e altos. O mercado interno diminui, como resultado da pobreza e dos baixos salários, e a demanda dos grupos sociais de rendimento médio e alto é satisfeita por importações.

A fragilidade do Estado revela-se ainda de diferentes formas no domínio da economia, como, por exemplo: (1) na capacidade negocial com as multinacionais, com a atribuição de elevados benefícios fiscais e a ausência de auditorias financeiras com efeitos nas receitas fiscais; (2) nos salários baixos e controlo social dos trabalhadores como condição para a rentabilidade e competitividade das empresas ao que se acrescenta a concessão de centenas de milhares de hectares de terra a empresas estrangeiras, praticamente a custo zero da terra, isto é, o Estado

¹⁶ Segundo o Afrobarómetro de 2022, 47% dos moçambicanos diziam-se, simultaneamente, membros da nacionalidade moçambicana e membros de um grupo étnico, e apenas um quarto da população atribuía maior importância à nacionalidade. Cerca de 8% afirmaram-se mais identificados com a sua etnicidade e 9% deram primazia à sua identidade nacional. Fonte: Afrobarometer (2024). Summary of Results: Afrobarometer Round 9 Survey in Mozambique, 2022.

¹⁷ O sucesso económico com ética capitalista diz respeito aos "que expandiram o capitalismo moderno, propondo a racionalização completa da produção, gerando aumento da produtividade do trabalho, abertura para inovação e redução de custos", Max Weber em Daniel de Abreu Pereira Uhr, Sílvio da Rosa Paula, Marcus Vinicius Bastos dos Santos, Luciane Machim Vieira, Júlia Gallego Ziero Uhr (2021), "Ética protestante e o espírito do capitalismo: preferências quanto ao mercado de trabalho, empreendedorismo e a estrutura familiar no Brasil". *Economia Aplicada*, v. 25, n. 3, 2021, pp. 395-420. Universidade Federal de Pelotas.

¹⁸ À excepção dos empresários maioritariamente de origem asiática, que se dedicam principalmente ao comércio e mais recentemente à hotelaria e transportes de passageiros e camionagem, a tradição empresarial moçambicana é muito recente e desenvolveu-se ancorada na filiação e posição hierárquica no partido no poder, configurando uma economia de renda e de saque, pouco produtiva. Veja Dadá, Yasser Arafat (2023). *Baixos salários: a armadilha da competitividade das economias*. Destaque Rural Nº 232. OMR. Maputo.

¹⁹ Como referido, os baixos salários somente podem contribuir para uma maior competitividade, sobretudo em bem produzidos com trabalho intensivo e baixa composição do capital. A longo prazo, os baixos salários inibem a inovação a modernização do tecido económico e as instituições passando a ser um obstáculo à competitividade.

²⁰ Vide gráfico 4, mais abaixo.

facilita ou concede condições de baixo custo às empresas (sobretudo às multinacionais que exploram os recursos naturais); (3) na debilidade da máquina tributária no controlo das contas das grandes empresas, contrastando com uma fiscalidade muito alta sobre as pequenas e médias empresas, maioritariamente de capital nacional.

Estas e outras fragilidades facilitam o IDE tendo, por outro lado, baixas receitas fiscais e em divisas (por não se conhecer com precisão as exportações realmente efectuadas), provocando fortes efeitos agravantes de pobreza nos locais de exploração (ocupação de terras, reassentamentos, condições de produção das famílias, mobilidade das pessoas, acesso a serviços, efeitos ambientais e sobre a saúde pública).

Segundo Mendes, Moçambique é um dos 10 países que mais pioraram a situação de fragilidade entre 2011 e 2021, sobretudo no que respeita ao impacto do terrorismo. Segundo o Countryeconomy, Moçambique situa-se no lugar 36º mais baixo entre 178 países avaliados segundo o ranking de estados frágeis em 2018.

4.2 Conflitos militares

Moçambique, em quase 50 anos de guerra depois da independência, esteve mais de 50% do tempo com conflitos violentos²¹. Os efeitos da guerra civil, segundo o Museu AfroDigital – Estação Portugal,²² foram os seguintes: “um milhão de mortos; 454.000 crianças de idade inferior aos 15 anos mortas entre 1981 e 1988 (45% das vítimas); 7.000 crianças deficientes devido às minas entre 1980 e 1993; 50.000 pessoas amputadas, das quais 7.000 crianças e mulheres; 92.881 soldados e guerrilheiros desmobilizados (76,3% do exército governamental e 23,7% da Renamo), dos quais, cerca de 28% tinham menos de 18 anos; acima de 250.000 crianças órfãs e não acompanhadas; 2/3 de pobreza absoluta; mais de 150 aldeias e localidades destruídas; cerca de 4,5 milhões de deslocados internos; mais de 1,5 milhões de refugiados no exterior; mais de metade da rede rodoviária destruída ou inviabilizada; mais de 50% das unidades sanitárias, mais de 1.800 escolas e mais de 1.500 lojas rurais destruídas”....

A guerra de Cabo Delgado ainda não terminou e o balanço não está efectuado, embora já se possa estimar em mais de um milhão de pessoas deslocadas, tendo a província, em 2017, cerca de 2, 333 milhões de habitantes²³. Até Junho de 2022, registaram-se 4.398 vítimas fatais.

As despesas com a defesa nacional, segundo o CIP²⁴, estão representadas no gráfico 1. Segundo a mesma fonte, “a análise comparativa entre as despesas nominais projectadas sem mudanças estruturais e as despesas reais de 2018 a 2022, sugere um aumento agregado de aproximadamente 106,8 bilhões de MZN atribuível ao conflito”

²¹ A guerra civil durou 17 anos (designada guerra de 16 anos), sete anos em Cabo Delgado e entre 2 e 3 anos do conflito pós-eleitoral, primeiro, com Dlakhama e, depois, com Chongo). A guerra civil iniciou em 1976, com o primeiro ataque em Nhazóia, na província de Manica. Este ataque foi realizado por forças da então Rodésia de Ian Smith tendo já incorporados militares do então Movimento Livre de Moçambique, posteriormente Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO).

²² <https://museudigitalafroportugues.wordpress.com/2015/01/15/consequencias-da-guerra-civil-em-mocambique-19761992/>.

²³ Censo da População. Instituto Nacional de Moçambique.

²⁴ O Centro de Integridade Pública (2023). *Revelando os Custos da Guerra em Cabo Delgado. Uma Análise Abrangente dos Impactos Fiscais e Desafios Multidimensionais*. CIP. Maputo.

Gráfico 1

Fonte: CIP. Obra citada.

O gráfico 2 revela que as despesas com a Polícia da República de Moçambique (PRM) aumentaram posteriormente ao aumento verificado com a segurança nacional, mas obedece a um padrão semelhante em termos de crescimento das despesas

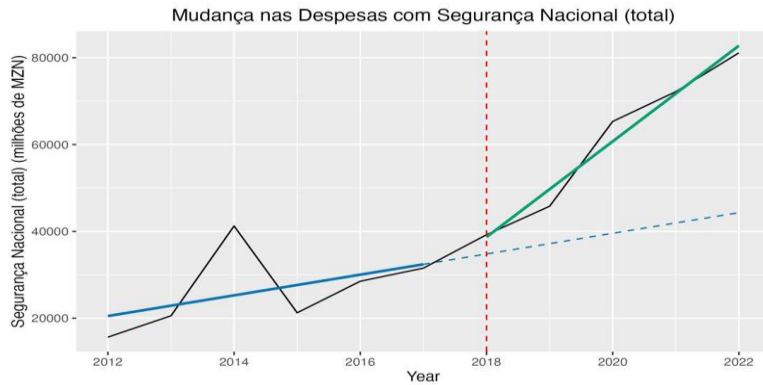
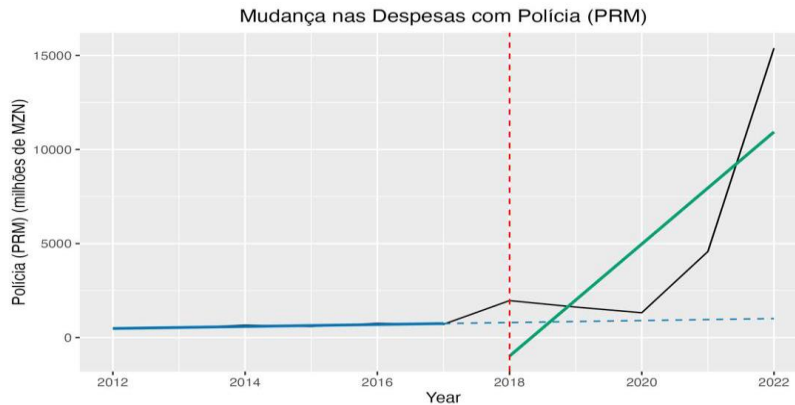


Gráfico 2

Fonte: CIP. Obra citada



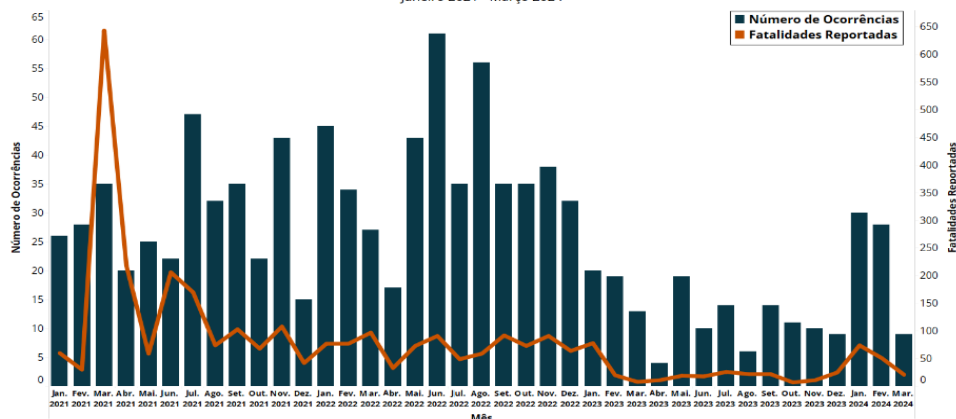
O gráfico 3 revela as variações e a intensidade das acções terroristas com tendência de decréscimo do número de "ocorrências" e das "fatalidades reportadas". Em contexto de uma guerra semelhante à de guerrilha, são normais as

mudanças de estratégia, seja na intensidade e frequência, no tipo de alvos das acções, das zonas de actuação, nas relações com a população e no impacto das ocorrências. Em diferentes momentos o discurso oficial refere o abrandamento da guerra, como se tratasse de uma eminente vitória, o que não corresponde à realidade. Paralelamente às acções militares, existem nestas guerras poderosos aparelhos de propaganda.

Gráfico 3

Violência Política e Fatalidades Reportadas em Cabo Delgado

Janeiro 2021 - Março 2024



Fonte: CaboLigado²⁵.

Como se pode verificar, confirma-se que os períodos de conflito são propícios a grande instabilidade social (deslocamentos forçados), crise económica, baixa de produção, abusos contra os direitos humanos, destruição de infra-estruturas, reforço dos aparelhos repressivos (militar, policial e de segurança), restrições aos direitos humanos e das liberdades dos cidadãos. No caso de Cabo Delgado, as fragilidades dos aparelhos de defesa e segurança abriram espaço para a entrada de forças estrangeiras. Relativamente a esta guerra, confirmam-se os factores anteriormente referidos, destacando-se: (1) geopolítica do oceano Índico e do canal de Moçambique, quanto ao domínio militar e securitário das rotas comerciais, tráfico de droga e pirataria marítima; (2) acesso a recursos naturais por parte das multinacionais, com ou sem suporte político, no quadro das geoestratégias de alguns países, não apenas na bacia do Rovuma, como em países interiores, como o Zimbabué, Zâmbia e Congo. A literatura e comentaristas afirmam ainda haver motivações religiosas: “Não obstante a pertinência de outras teorias, é evidente que as motivações que suscitaram o conflito em Cabo Delgado são de natureza religiosa e seguem uma ideologia e um modelo civilizacional próprio inspirado nas interpretações mais radicais do Islamismo, nomeadamente nos termos do movimento salafita, procurando implementar na população os seus costumes e hábitos religiosos e também sociais, como defende Fernando Jorge Cardoso²⁶”. A mesma fonte afirma ainda que os “mashababos” estão relacionados com o grupo terrorista “Ansar-Al-Sunaa”, que possui ligações com o autoproclamado Estado Islâmico²⁷.

Em Cabo Delgado, investigadores referem ainda clivagens étnicas, sobretudo entre macondes e macuas que, sendo históricas, ganham novas dimensões, incluindo com alterações nas “hierarquias” étnicas²⁸ e seus relacionamentos com as instituições locais e destas com as suas elites posicionadas nos poderes centrais da Frelimo e do Estado. Estas clivagens fundamentam-

²⁵ <https://www.cabologado.com/portugues/cabo-ligado-mensal-marco-2024>.

²⁶ EuroDefense Portugal. <https://eurodefense.pt/conflito-em-cabo-delgado/>

²⁷ Ibidem.

²⁸ A diferenciação étnica entre macondes e macuas é secular, remontando ao tráfico de escravos, ao comércio e rotas árabes e às diferentes alianças dos poderes locais com o colonialismo português e com a FRELIMO. Na guerra de libertação nacional a Frelimo teve grandes dificuldades em entrar em “terras macuas”. Vide Cahen, Michel (2006). Luta de emancipação anti-colonial ou movimento de libertação nacional? Processo histórico e discurso ideológico – o caso das colónias portuguesas e de Moçambique, em particular. Africana Studia. Porto, Faculdade de Letras, Centro de Estudos Africanos.

se e reforçam-se no controlo de tráficos de recursos naturais (minérios, madeira, produtos marítimos, etc.), envolvendo redes e trânsito de tráfico com diversas relações com o exterior e tipos de agentes económicos. Actualmente, verificam-se fenómenos migratórios de macondes para Sul (zona tradicionalmente macua e muani); muitos destes são ex-guerrilheiros da Frelimo possuem reformas e pensões, o que gera, desde logo, diferenciações de rendimento.

4.3 Tráfico de drogas

Em muitos casos de conflitos, emergem negócios ilícitos envolvendo interesses de militares de alta patente e empresários nacionais em conexão com empresas estrangeiras relacionados com a logística, facilitação de trânsito com bens obtidos ilicitamente, incluindo o tráfico de droga.

Esta realidade só é possível com o envolvimento de forças internas: "A Procuradora-Geral da República de Moçambique pediu, esta quinta-feira, o apoio no combate ao tráfico de droga, face às "teias" que este tipo de criminalidade já tem "nas instituições públicas" do país, da polícia à política²⁹." E acrescentou na mesma ocasião: "O nosso país, que era tradicionalmente referenciado como local de trânsito, regista actualmente casos de fabrico, venda e consumo de drogas pesadas, tais como heroína, haxixe e cocaína³⁰".

"As Nações Unidas estão preocupadas com a possível ligação entre o tráfico de droga, terrorismo e raptos, que ocorrem em Moçambique, e apontam a cooperação internacional como um dos caminhos para o combate.

O tráfico de droga gera uma economia "subterrânea" associada ao transporte, armazenagem e produção, elevados lucros dos agentes económicos envolvidos, ligações institucionais entre traficantes, conexões com aparelhos de segurança e de defesa, investimentos em processos de branqueamento de capitais (por exemplo, na imobiliária, hotelaria e restauração) exportação e financiamento do terrorismo³¹".

De notar que o tráfico de droga em Moçambique é anterior ao início da guerra em Cabo Delgado. Este conflito fez deslocar o desembarque e transporte clandestino para outros pontos da costa moçambicana e alterou as rotas de trânsito para outros países da África Austral, sobretudo a África do Sul.

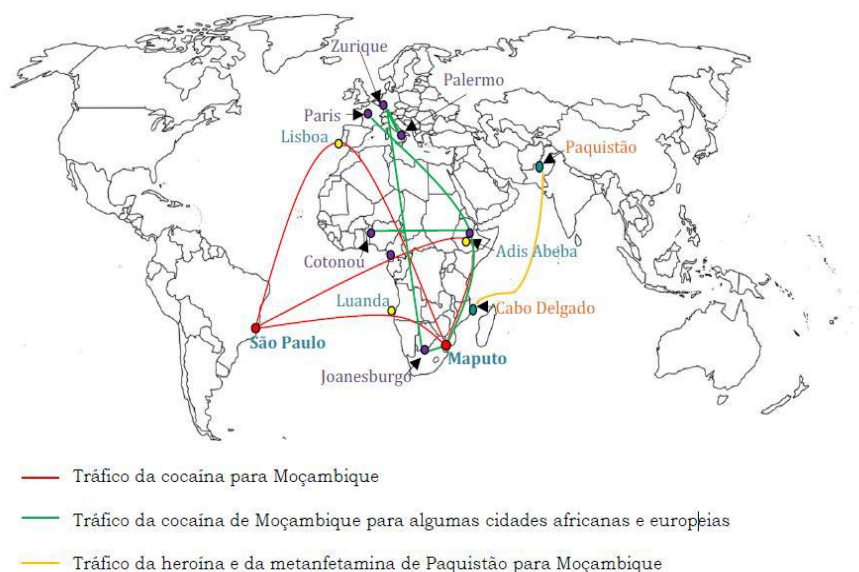
A figura 3 apresenta as rotas de tráfico de heroína, cocaína e metanfetamina no mundo, onde se vê Moçambique como sendo um dos países envolvidos

Figura 3
Rotas de Tráfico de Heroína, Cocaína e Metanfetamina.

²⁹ Beatriz Buchili, ao intervir em Maputo, na cerimónia de abertura do ano judicial de 2024. <https://observador.pt/>, 01/02/2024.

³⁰ <https://www.rtp.pt/noticias/mundo/mocambique>

³¹ "Para o representante da Agência da ONU sobre Droga e Crime, António De Vivo, existe a possibilidade de terroristas que operam em Cabo Delgado estarem a ser financiados pelo tráfico internacional de droga" <https://www.voaportugues.com/a/mocambique>, 14 de fevereiro de 2024.



Fonte: adaptado do Relatório do GCPCD, 2019. Em Cossa³².

4.4 Economia

O modelo económico em implantação depois do Programa de Reabilitação Económica³³, sobretudo depois de finais do século XX, conduziu ou reforçou a configuração da economia, destacando-se: (1) extroversão da economia³⁴, por um lado pela importância crescente da produção e exportação de recursos naturais (carvão, gás, areias pesadas, rubis, pedras preciosas, ouro, madeira e marfim e de *commodities* – algodão, feijão bóer, gergelim e tabaco) e, por outro lado, pela importação crescente de petróleo, equipamentos (relacionados com os grandes investimentos em recursos naturais), viaturas e bens alimentares; (2) economia dependente de capitais externos (por via do IDE, de empréstimos e da ajuda e cooperação internacional), reproduzindo internamente as características de uma economia subdesenvolvida e pobre³⁵; (3)

³² Cossa, Carlos Simão (2021). O tráfico internacional de drogas em Moçambique. Desafios para a prevenção ao narcotráfico. Dissertação de mestrado integrado em ciências policiais. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. Lisboa.

³³ Em meados da década dos anos 80 do século passado, Moçambique atravessou uma grave crise económica resultante da conjugação de um conjunto de factores, como sejam: (1) a guerra civil no auge da actividade guerrilheira cobrindo grande parte do território nacional e das zonas económicas mais importantes; (2) o colapso das economias socialistas da Europa com que Moçambique estabelecia grande parte da cooperação económica e técnica e militar; (3) desajustamentos das realidades e a radicalização de medidas económicas na implementação do modelos que pretendia a construção do socialismo; (4) secundarização da agricultura e, em particular, a marginalização dos pequenos produtores agrários que representavam cerca de 75% da população, entre outros aspectos. Face à crise política, militar, económica e de crescente isolamento internacional, Moçambique não teve outra opção senão a de optar pelos Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) protagonizado pelas Instituições de Bretton Woods que, em Moçambique, teve a designação de Programa de Reabilitação Económica (PRE).

³⁴ Mosca, João e Dadá (2023). *Financeirização e extroversão agrária em Moçambique*. Destaque Rural Nº 202. OMR. Maputo.

³⁵ Mosca, João (2024). *Moçambique mais subdesenvolvido. Um revisitar teórico sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento*. Observador Rural Nº 144. OMR. Maputo.

secundarização da agricultura³⁶, sobretudo a produtora de bens alimentares básicos (amendoim, arroz, feijões, com excepção dos exportados, mapira) realizados pelos pequenos produtores (camponeses), o que é revelado pela pouca variação da produtividade e não-crescimento (ou decrescimento da produção por habitante); por outro lado, existe um crescimento da produção e da produtividade por hectare de bens exportáveis (principalmente algodão, feijão-bóer, gergelim, tabaco e banana) e dos bens principalmente consumidos no meio urbano e produzidos por médios e grandes produtores (batata-reno, cebola, tomate, couves, etc.), que, no conjunto, tornam ao país dependente de alimentos reflectido no crescente défice da balança comercial alimentar, o que agrava a situação da insegurança alimentar; (4) desindustrialização da economia, sobretudo da agroindústria (farinhas, descasque de arroz, leite e lacticínios) e da indústria transformadora (embalagens, mobiliário, têxteis, etc.) e da metalomecânica (*vide* gráfico 5, adiante); (5) crescimento da urbanização sem correspondência em infra-estruturas, saneamento, etc., tornando as cidades e os seus cidadãos fortemente expostos aos choques climáticos, dificuldades em transportes públicos e criando uma população desempregada e aumento da insegurança (lumpen proletariado³⁷); (6) asfixia do tecido empresarial nacional ³⁸, devido principalmente a: (a) altas taxas de juro com o objectivo contraproducente do controlo da inflação; (b) carga fiscal elevada; (c) elevadas taxas de lucro considerando ser Moçambique um país de risco alto; (d) pagamentos de comissões (corrupção); (e) sistema judicial moroso; (f) mercados distorcidos por intervenções “regulatórias” ineficazes e despropositadas; (g) baixa tradição empresarial da maioria dos empresários com cobertura partidária; (h) trabalhadores pouco preparados; (i) baixo nível tecnológico; (j) existência de monopólios estatais e empresas politicamente protegidas, entre as que compõem o índice do ambiente de negócios (*doing business*)³⁹.

Mosca (2024)⁴⁰ afirma: “não interessa ao sistema político o surgimento de um sector privado forte, endógeno e patriota. Primeiro, porque o alargamento dessa base económica dificultaria ou seria concorrente à economia de saque e da “bolada”⁴¹. Segundo, porque surgiria um grupo social politicamente não-alinhado e eventuais alternativas ao actual poder a longo prazo”.

O quadro 1 revela claramente o processo de desindustrialização do país, passando a concentrar-se na indústria extractiva (grandes mineradoras) (carvão, areias pesadas e outros minerais). e na

³⁶ Mosca, João e Nova, Yara (2023). *A contra transformação estrutural agrária em Moçambique*. OMR. Maputo. <https://omrmz.org/livros/>.

³⁷ Neste texto utiliza-se a expressão “lumpen” (do termo marxista lumpen proletariado), para caracterizar a população recém-chegada às cidades, sem meios de subsistência, desempregados, delinquentes, pequenos ladrões, deambulantes nas ruas da cidade e vivendo em bairros sem condições mínimas de vida. No Sul de Moçambique, existe uma expressão de sintetiza, de algum modo, o lumpen aqui definido como sendo os “moluenes”.

³⁸ “ Mosca, João (2024). *A asfixia propositada do empresariado nacional*. Destaque Rural Nº 264. OMR. Maputo.

³⁹ “Em 2006 a pontuação de Moçambique no índice era de 42,7 e passou para 53,5 em 2020. Em 2006, Moçambique ocupava o lugar 144º em 175 países avaliados e em 2020 passou para o lugar 131º em 190 países avaliados. Em Banco Mundial (2020). *Doing Business 2020: Comparing Business Regulation in 190 Economies*. Washington, DC: Banco Mundial.

Observa-se que, embora a pontuação no índice tenha evoluído positivamente, a posição do país no *ranking* entre países avaliados baixou.

⁴⁰ *Ibidem*

⁴¹ Mosca, João (2024). Moçambique. *Economia de saque*. No prelo.

indústria transformadora, basicamente na fundição de alumínio na empresa MOZAL⁴², cuja actividade iniciou em princípios deste século. Cerca de 66% do total da produção industrial em 2019 era realizada por estes dois ramos (indústria transformadora de metais – 30% e indústria extractiva – 36%), quando, em 1999 estes dois ramos industriais produziam 6% do total do produto industrial (4% da indústria transformadora de metais e 2% da indústria extractiva. De notar a perda de importância da “outra indústria transformadora”, de 50% em 1999 para 4,9% em 2019. A categoria (“nomenclatura”) “outra indústria transformadora” incluía principalmente a indústria metalomecânica, agroindústria, embalagens, insumos para a agricultura, entre outras.

Quadro 1
Evolução da contribuição percentual dos ramos industriais no conjunto da produção da indústria - anos 1999 e 2019

	1999	2019
Produtos alimentares	15	19
Madeira e cortiça	2	0,1
Têxteis	13	0,2
Tabaco	5	1,1
Bebidas	7	8,7
Indústria transformadora de metais	4	30
Outra indústria transformadora	50	4,9
Papel e seus artigos	2	-
Indústria extractiva	2	36

Fonte: Mosca, João e Nova, Yara (2023). *Ibidem*.

O IDE concentra-se na extracção de recursos naturais, transportes e agricultura. O definhamento do sector privado nacional é funcional com o modelo económico extrovertido, afunilado sectorial e territorialmente, sem uma base de acumulação socialmente alargada e gerador de mais pobreza e de maiores desigualdades sociais e territoriais.

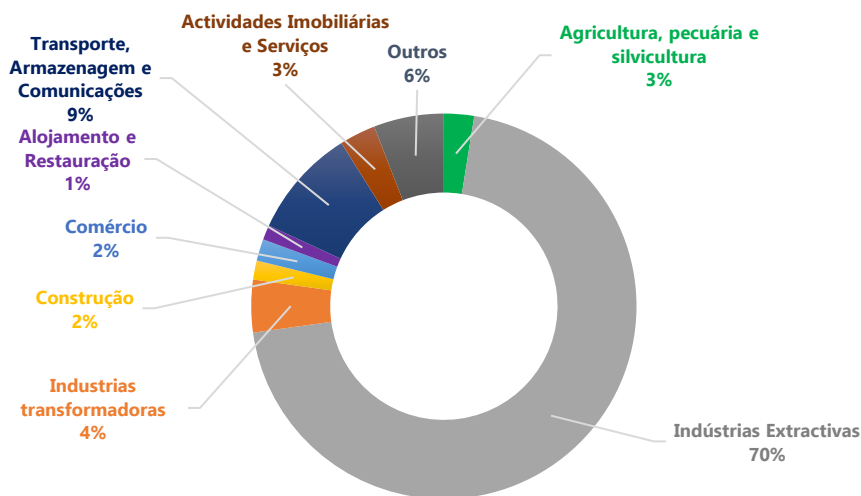
“Relativamente à distribuição de IDE por sector de actividade, observa-se que a indústria extractiva tem sido o principal destino, representando 70% do total de IDE realizado entre 2002 e 2021. Os investimentos na agricultura concentraram-se na silvicultura, tabaco e açúcar. O crescimento dos outros sectores, como transportes, armazenagem e comunicações (caminhos-de-ferro e portos), comércio, construção, actividades imobiliárias, entre outras, servem, maioritariamente, a indústria extractiva”.⁴³

Gráfico 6

⁴² A South32 detém 47.1% das acções da Mozal e opera a fábrica desde 2015, em substituição da BHP. Os outros accionistas são a Mitsubishi (25%), a Industrial Development Corporation – IDC (24%) e o Estado moçambicano, accionista minoritário, com 3.9%. A empresa está localizada no Parque Industrial de Balaluane, na província de Maputo (arredores da cidade da Matola). As exportações são efectuadas sobretudo para os mercados europeus (Holanda). Produz cerca de 500.000 toneladas por ano de lingotes de alumínio. As matérias-primas são importadas da Austrália (alumina) e o coque petroquímico dos Estados Unidos. A energia eléctrica é fornecida pela Hidroeléctrica de Cahora Bassa, através de uma linha directa exclusiva a partir da África do Sul.

⁴³ Mosca, João e Nova, Yara (2023). *A contra transformação estrutural agrária em Moçambique*. OMR. Maputo.

Distribuição de IDE realizado por sector (2002-2021)



Nota: Os "outros" sectores referem-se à pesca, produção e distribuição de electricidade, gás e água, actividades financeiras, administração pública, educação, saúde, entre outros.

Fonte: Banco de Moçambique⁴⁴.

Um conjunto de factores influencia a baixa poupança interna que, nos últimos anos, tem rondado entre 10% e 12% do PIB, valor que não é suficiente para a amortização do capital fixo, tanto público, como privado. Destacam-se os seguintes factores: (1) pobreza e alta concentração do rendimento nacional (veja gráfico 5 e quadro 1); (2) baixa bancarização da economia e dificuldades de acesso aos serviços financeiros; (3) política monetária não incentivadora da poupança; (3) pouca cultura de poupança dos moçambicanos.

4.5 Pobreza e desigualdades sociais e territoriais

Segundo Dadá⁴⁵, os principais determinantes da pobreza são os seguintes: (1) baixo rendimento das pequenas e médias empresas indústrias e dos pequenos produtores agrários, que suportam a base alimentar da população (sobretudo no meio rural) e obtêm baixos rendimentos monetários devido à baixa produtividade agrária e aos baixos salários; (2) pouco emprego e salários baixos dentro e fora da agricultura (vide gráfico 7); (3) baixo acesso e qualidade do ensino e da saúde. Embora o modelo adoptado neste texto não tenha incluído as infra-estruturas e o ambiente, estes são igualmente importantes vectores da pobreza.

O quadro 2 e o gráfico 7 apresentam a evolução da pobreza, segundo os resultados dos Inquéritos aos Agregados Familiares (IAF), posteriormente designado de Inquérito ao Orçamento das Famílias (IOF). Pode-se observar: (1) a percentagem da população pobre teve uma tendência a decrescer, excepto no último inquérito referente a 2019/20, possivelmente devido às

⁴⁴ Em Nova, Yara Nova e Mosca, João (2022). *Investimento directo estrangeiro: "extractivizando" a economia moçambicana*. Destaque Rural Nº 169. OMR. Maputo.

⁴⁵ Dadá, Yasser Arafat Ismael (2024). *Determinantes socioeconómicos da pobreza em Moçambique*. Tese de Doutoramento. Universidade de Lisboa.

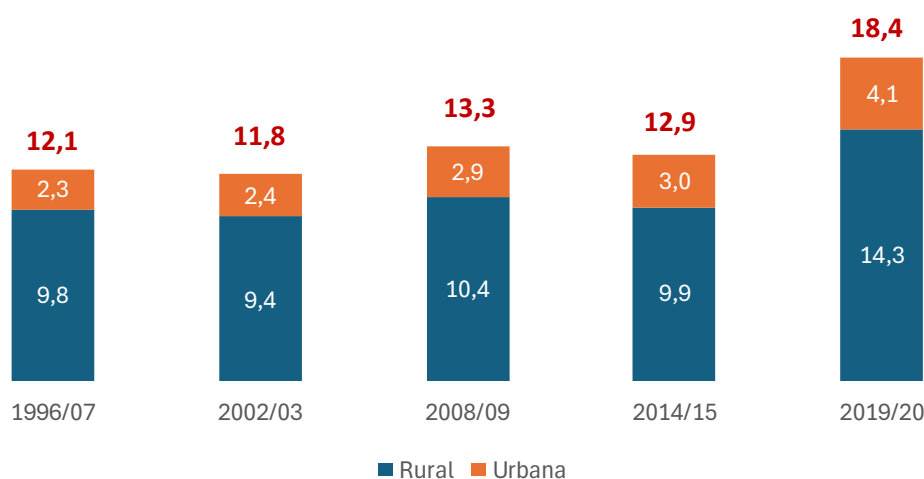
consequências conjugadas da Covid-19⁴⁶, da crise económica, das dívidas ocultas⁴⁷ e dos primeiros momentos da guerra em Cabo Delgado⁴⁸, mas, não obstante a evolução das percentagens de população, o número total de pobres (no gráfico a letra vermelha a *bold*), ter tido uma evolução estacionária com ligeiros aumentos ou decréscimos entre 1996/07 e 2014/15, e um incremento muito acentuado entre 2016 e 2020; (3) a pobreza aumenta mais no meio rural que nos centros urbanos, tanto em percentagem, como em número de pobres. Os agregados familiares chefiados por mulheres têm, em média, uma incidência da pobreza mais elevada (não representado no quadro, nem no gráfico).

Quadro 2
 Percentagem da população pobre, em percentagem

	1996/07	2002/03	2008/09	2014/15	2019/20
Total da população pobre	74	60	59	48	63
Pobres rural/total pobre	76	80	78	77	78

Fonte: Banco Mundial⁴⁹, elaborado com base nos Inquéritos às famílias (INE).

Gráfico 7
 Evolução do número de pobres



Fonte: Banco Mundial⁵⁰, elaborado com base nos Inquéritos às famílias (INE).

Conforme o gráfico 8, a pobreza nas províncias revela claramente a disparidade entre a província e cidade de Maputo e as restantes províncias, não apenas em percentagem de pobres, mas também do número de pobres. As províncias de Zambézia, Niassa, Manica e Nampula são as que têm maiores taxas de pobreza, e onde a redução da pobreza foi menor. Zambézia e Nampula são

⁴⁶ Mussagy, Ibraimo Hassane e Mosca, João Mosca (2020). *Micro-simulações dos impactos da COVID-19 na pobreza e desigualdade em Moçambique*. Observador Rural N° 96- OMR. Maputo.

⁴⁷ Centro de Integridade Pública e Chr. Michelsen Institute (2019). *Custos e Consequências das Dívidas Ocultas para Moçambique*. CIP. Maputo.

⁴⁸ Várias publicações de Caboligado.

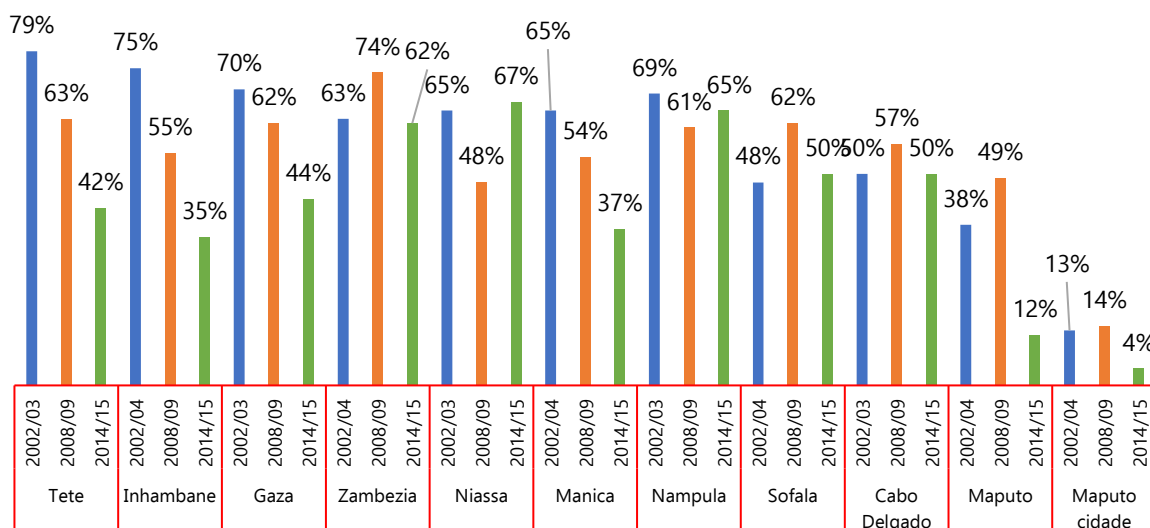
⁴⁹ <https://www.scribd.com/document/687817570/Relato-rio-da-Avaliac-a-o-da-Pobreza-em-Mocambique-2023-v2>.

⁵⁰ <https://www.scribd.com/document/687817570/Relato-rio-da-Avaliac-a-o-da-Pobreza-em-Mocambique-2023-v2>.

as províncias mais populosas e as de maior potencial para a produção agrária. A maior redução da percentagem de pobres aconteceu nas províncias de Tete, Inhambane e Manica.

Os dados do número de pobres e das percentagens da pobreza revelam que o crescimento económico e a distribuição da riqueza não são suficientes para reduzir a pobreza nem a sua concentração social (quadro 2) e territorial (gráfico 8).

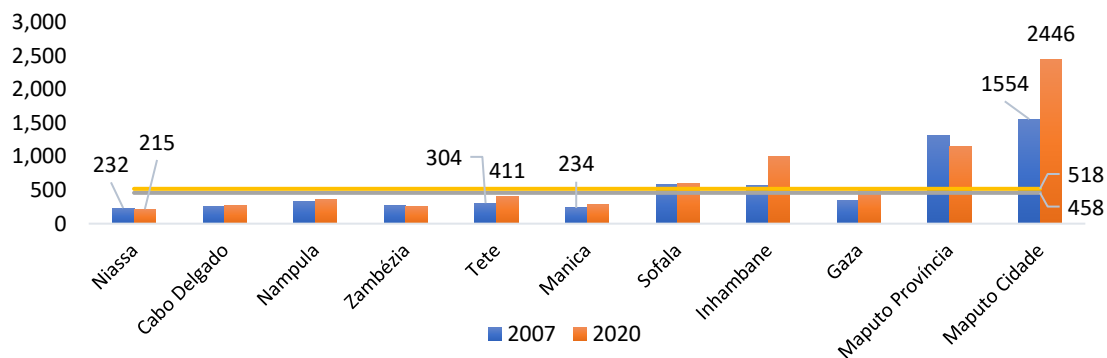
Gráfico 8
Percentagem de população pobre por província



Fonte, dada (20124, obra citada).

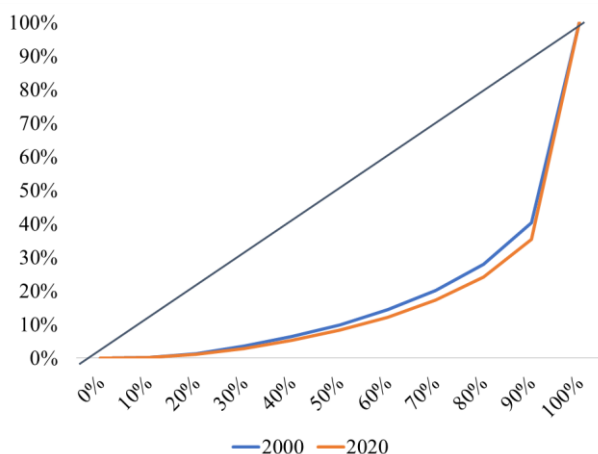
Embora o indicador PIB por habitante seja analiticamente limitado, o gráfico 9 faz uma representação da evolução do PIB entre 2007 e 2020, por província. Pode-se observar; (1) a grande diferença entre Maputo (sobretudo) e a província de Maputo e as restantes províncias; (2) maiores incrementos na cidade de Maputo, Inhambane e Tete; (3) apenas três províncias possuem PIB por habitante acima da média nacional nos anos representados; (4) valores muito baixos em todas as províncias, excepto Maputo cidade, província de Maputo e Inhambane; (5) existe alguma coincidência, em termos de análise qualitativa, entre os níveis do PIB por habitante e os da pobreza.

Gráfico 9
PIB por habitante em USD



O quadro 3 revela uma forte concentração social do rendimento nacional com aumento no último decil e diminuição nos primeiros nove decis, o que significa que, em média, somente 10% da população aumentou os seus rendimentos e que os restantes 90%, em média, empobreceram.

Gráfico 10
Curva de Lorenz



Quadro 3
Distribuição do rendimento nacional por decil

População	2000	2020
10%	0,20%	0,10%
20%	1,20%	1,00%
30%	2,10%	1,80%
40%	2,80%	2,40%
50%	3,60%	3,00%
60%	4,50%	3,90%
70%	5,80%	5,00%
80%	7,80%	7,00%
90%	12,20%	11,20%
100%	59,80%	64,60%

Fonte: Dadá (2024)⁵¹, elaboração com base nos dados dos Inquéritos do INE.

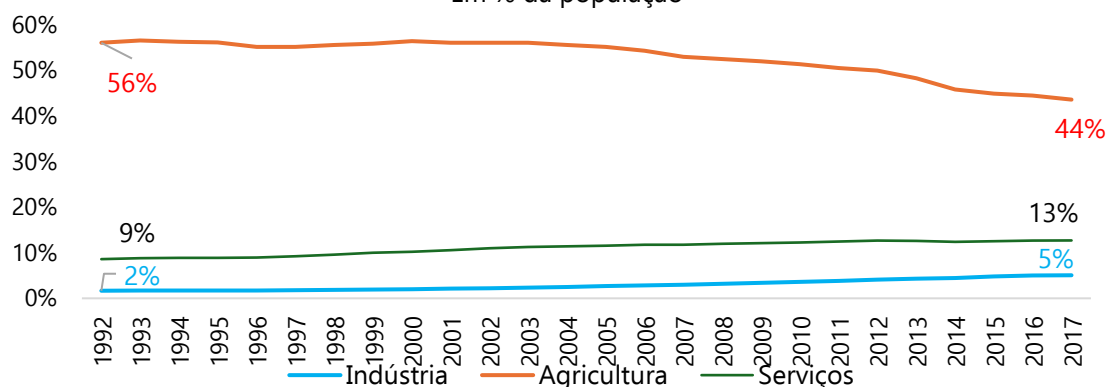
4.6 Emprego e salário mínimo

No gráfico 11 pode-se observar: (1) decréscimo percentual acentuado do emprego na agricultura; e, (2) a indústria e os serviços geram pouco emprego e representam uma percentagem muito baixa do total de emprego⁵²; (3) em termos percentuais, o decréscimo da população empregue no sector agrário não foi compensando com a criação de emprego na indústria e nos serviços, o que, considerando o aumento da população, significa um aumento do desemprego.

⁵¹ Dadá, Yasser Arafat Ismael (2024). Ibidem

⁵² Emprego é definido como todas as pessoas que têm idade igual ou superior a 15 anos e encontrarem-se em, pelo menos, uma das seguintes situações: (1) Trabalhou pelo menos uma hora nos últimos 7 dias anteriores ao inquérito, com vista à produção de bens ou serviços, mediante pagamento em dinheiro ou em espécie; (2) ajudou um familiar na produção de bens e serviços, sem remuneração; (3) não trabalhou, mas tinha emprego durante o período de referência, isto é, esteve em gozo de férias, licença de parto, em greve, etc. (IOF 2019/2020).

Gráfico 11
Evolução da população economicamente activa empregue por sector de actividade
Em % da população



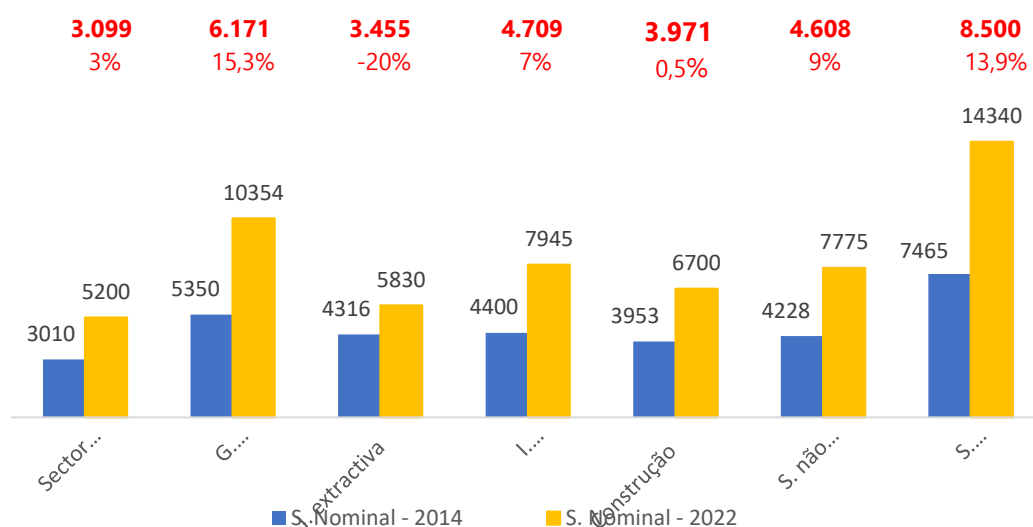
Fonte: Fonte: Elaboração de Dadá (obra citada) com base em Trading Economics20.

Segundo o mesmo autor, "o emprego vulnerável⁵³ sobre o total do emprego é elevado (em 1992, era de 89,38% e passou para 82% em 2019). O número de desempregados passou de 2,4 milhões em 1992, para 5,75 milhões em 2017 e para cerca de 6 milhões em 2019. O sector agrícola emprega 78% da população activa, seguido pelo sector de serviços (17%) e, por último, o da indústria (5%)".

Embora a percentagem e o número de pessoas com emprego não-precário seja baixa, os salários mínimos são um indicador importante de pobreza, sobretudo nas cidades onde se concentra a população com emprego estável. O gráfico 12 revela principalmente: (1) a evolução dos salários reais entre 2014 e 2022 foi muito baixa, com uma queda acentuada na indústria extractiva, permaneceram quase que inalterados no sector agrário e na construção, e aumentaram nos serviços financeiros e na grande indústria mineira; (2) os salários no sector agrário e na indústria extractiva são os mais baixos, sendo estas as actividades que se realizam no meio rural; (3) as grandes mineradoras pagam salários mais elevados que o sector agrário e a indústria mineradora, por exigirem trabalho com alguma especialização e estabilidade, mesmo que não qualificado; (4) os salários são mais elevados nas actividades que exigem trabalho com maiores níveis de formação (serviços financeiros e não-financeiros), localizados nos centros urbanos; (5) os salários de nível intermédio são praticados nos sectores que necessitam de operários com alguma qualificação e experiência (indústria transformadora e construção civil).

⁵³ A vulnerabilidade laboral refere-se aos trabalhadores familiares não remunerados e aos trabalhadores por conta própria em percentagem do emprego total. A proporção de trabalhadores familiares não remunerados e trabalhadores por conta própria no emprego total é derivada de informações sobre a situação na profissão (World Bank 2023).

Gráfico 12
Salário mínimo nominal e real por sector nos anos 2014 e 2022 (em meticais)



Nota: Os números a vermelho correspondem ao salário mínimo real de 2022 aos preços de 2014.
Fonte: Dadá, ibidem, com base em <https://meusalario.org/mocambique/salario/salario-minimo>. Salários reais calculados por Yara Nova.

Convertendo os salários para dólares (quadro 4), observa-se uma importante perda do valor dos salários em dólares (devido à desvalorização do Metical e à evolução dos salários reais), com maior penalização para os sectores com menores salários e menor redução nos salários mais elevados em meticais, o que é lógico considerando serem os mesmos valores de conversão (taxa de câmbio dos respectivos anos⁵⁴).

Quadro 4
Salários nominais em 2014 e 2022 em USD

	Sector agrário	Grandes mineradoras	Indústria Extractiva	Indústria Transformadora	Construção	Sectores não-financeiros	Sectores financeiros
2014	98	174	141	143	129	138	243
2020	75	149	84	114	96	112	206
Percentagem 2020/2014	76,5	85,6	60	79,7	74,4	81,2	84,8

Fonte: Banco de moçambique e cálculos do autor.

4.7 Educação e saúde

Educação

A baixa cobertura e a fraca qualidade dos serviços aos cidadãos (principalmente da saúde e da educação) revelam opções de políticas públicas que suportam a fragilidade do Estado em prestar os serviços essenciais que deveriam ser universais e tendencialmente gratuitos. A alocação orçamental a estes sectores sociais e a afectação territorial de recursos orçamentais e humanos revelam uma baixa priorização da educação e da saúde no quadro das políticas públicas.

⁵⁴ Banco de Moçambique: 30,69MZN/USD em 2017 e 69,47 em 2020).

Porém, tem havido aumento da escolaridade, conforme se pode observar nos gráficos 13 e 14.

Gráfico 13
Níveis de escolaridade por nível e por género
(IOF 2014/15)

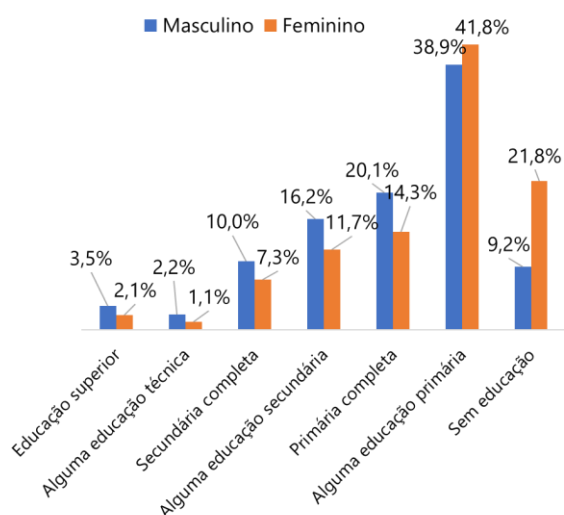
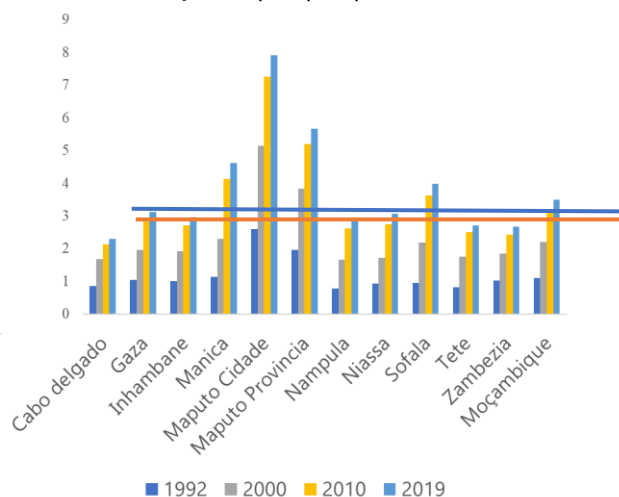


Gráfico 14
Média de anos de escolaridade em
Moçambique, por província



Fonte: Dadá, obra citada.

Do gráfico 13 pode-se deduzir: (1) em 2014/2015, 63,5% das pessoas do sexo feminino não tinham qualquer educação escolar ou não tinham terminado o nível de escola primária, sendo a percentagem para o sexo masculino de 48,1%, podendo este nível ser considerado de analfabetismo funcional; (b) as percentagens dos restantes níveis educacionais revelam um maior nível de escolaridade das pessoas do século masculino; (3) existe um grande decréscimo, e aumento da diferenciação em relação ao sexo feminino, de pessoas com alguma educação técnica e superior, bem como uma maior desproporção entre os géneros.

O gráfico 14 revela que, em 2019, a população da cidade de Maputo e da província de Maputo possui níveis educacionais muito mais elevados que a média do país e das restantes províncias. Manica e Sofala são as províncias que, em 2019, possuíam níveis de escolaridade próximas à média nacional. As províncias de Cabo Delgado, Tete, Zambézia e Nampula são as províncias que possuem populações com menor escolaridade média.

Segundo Dadá⁵⁵, "o número médio de anos de escolaridade passou de 1,1 anos, em 1992, para 3,5 anos, em 2019. A taxa de alfabetização é de 47%, sendo na população feminina de 28% e na masculina de 60%. (...) Menos de metade da população termina o ensino fundamental e, desta, apenas 8% transita para o ensino médio. "

Sobre a qualidade do ensino⁵⁶, um estudo do Banco Mundial (2015)⁵⁶ chegou às seguintes conclusões: (1) quase metade (45%) dos professores não estava na escola durante uma visita não anunciada e 11 por cento estavam na escola, mas não na sala de aula, onde deveriam estar a leccionar; (2) os alunos apenas recebem uma média de uma hora e 41 minutos de ensino por dia;

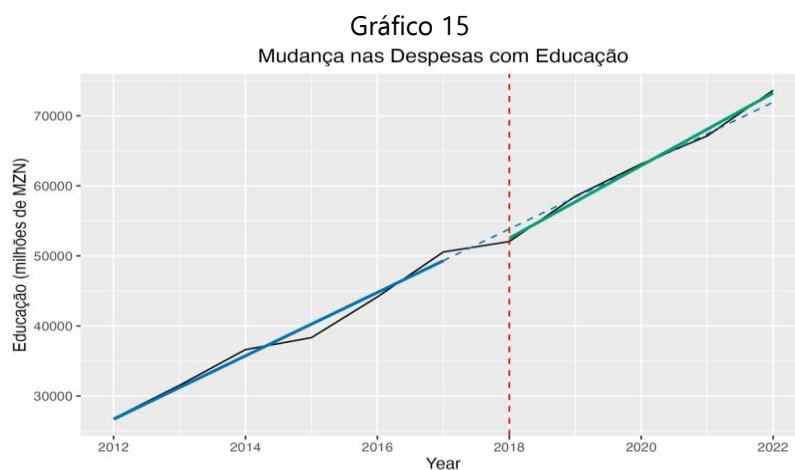
⁵⁵ Ibidem.

⁵⁶ World Bank (2015). Moçambique, indicadores de prestação de serviços. <https://documents1.worldbank.org>

(3) a pontuação média obtida na avaliação aos professores (em português, matemática e pedagogia) foi de 29 por cento; (4) apenas 65 por cento dos professores de matemática conseguiram fazer subtração de dois dígitos (por exemplo, 86-55), e apenas 39 por cento puderam fazer subtração com números decimais (por exemplo, 12,15-11,83); (5) entre os alunos matriculados na escola, em média, 56 por cento dos alunos estavam ausentes; (6) apenas 49 por cento dos alunos puderam fazer adição de um dígito (por exemplo, 7+8) e apenas 5 por cento puderam fazer uma operação de subtração de dois dígitos (por exemplo, 57-49); (7) Embora haja mais de 40 alunos matriculados por turma, apenas uma média de 17 comparecem às aulas, sendo o absentismo dos alunos mais elevado nas regiões Centro (62%) e Norte (65%) e relativamente menos na região Sul (24%)⁵⁷.

O aumento de população em idade escolar, a construção de novas infra-estruturas ou a conservação das existentes, a qualificação dos docentes e o crescente número de estudantes por turma e por docente, os volumes alocados à educação, são alguns dos factores que podem justificar a perceptível queda da qualidade do ensino em todos os níveis e de forma diferenciada ao longo do território nacional⁵⁸.

Segundo o estudo citado do CIP, as despesas do Orçamento Geral do Estado (OGE) na educação, em termos nominais, têm crescido (gráfico 15). Porém, em termos proporcionais (percentagem das despesas na educação em relação ao total das despesas orçamentadas) decresceu de cerca de 21% em 2017 para 17% em 2022 (gráfico 16). O factor guerra em Cabo Delgado e o correspondente aumento das despesas com a defesa e segurança, e a crise económica derivada de efeitos conjugados das dívidas ocultas e da Covid-19 podem justificar a redução da proporção dos fundos públicos alocados à educação.

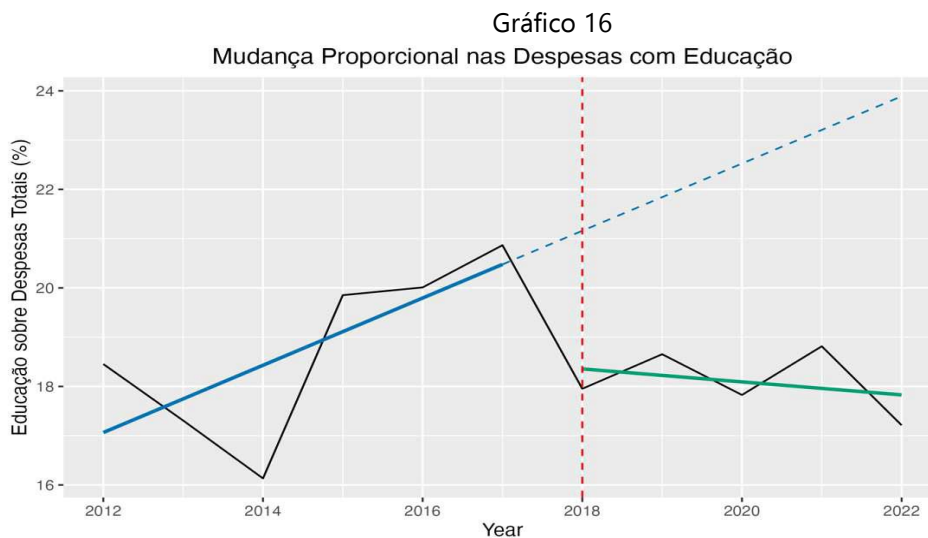


Fonte: CIP. Obra citada.

⁵⁷ Mais informações sobre os instrumentos da pesquisa e dados dos Indicadores de Prestação de Serviços (IPS) e, em geral, sobre a iniciativa IPS podem ser encontradas nos sítios:

www.SDIndicators.org e www.worldbank.org/sdi, ou contactando sdi@worldbank.org.

⁵⁸ No que se refere ao caso da Covid-19, Muzime e Zimbico (2021) afirmam: "... no campo educacional, a crise trouxe uma reforma necessária, sobretudo, no rácio professor/aluno, imperativo de aperfeiçoamento das TICs, redução de tempo de trabalho, iniciativas de criação de infraestruturas, higienização, biossegurança, componentes que não eram de grande relevo antes da pandemia". Muzime, Fernando André, e Zimbico, Octávio José (2021). *Covid-19 e a educação em moçambique: entraves, desafios e possibilidades de reinvenção da educação*. DOI 10.21573/vol37n32021.109849. <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/109849/65759>.



Fonte: CIP, obra citada.

Com a perda de qualidade em todos os níveis do ensino e uma oferta inferior à procura (sobretudo nos centros urbanos), emergiu rapidamente um mercado de ensino privado, cuja qualidade está por ser estudada, embora se conheçam dados do ensino superior, regra geral, de igual ou inferior qualidade, considerando a qualificação dos docentes, a produção científica, as infra-estruturas pedagógicas (salas de aulas, bibliotecas, laboratórios, acesso à internet, internacionalização do ensino, etc.).

Saúde

Os mais recentes dados do BM sobre o número de médicos por 1.000 habitantes revelam que Moçambique é dos países do Mundo com pior rácio. Em 2020, o país ocupava o lugar 180º em 197 países avaliados, com 0,08 médicos por mil habitantes⁵⁹.

A variação do número de unidades sanitárias, entre 2008 e 2020, foi de 32% e a variação da população de cerca de 40%. Verificou-se o aumento do número de habitantes por unidade de saúde (US) - a proporção, em 2020, era de 17.975 habitantes por US e, em 2008, passou para 16.982 habitantes por US. A recomendação internacional é de 10.000 habitantes por unidade de saúde, (Bassi, Medina, e Nhampossa, 2018). As províncias de Nampula (23.297), Tete (20.805) e Zambézia (20.178) apresentam os piores rácios de habitantes por unidade de saúde, (INE, 2020).

O estudo realizado pelo BM relacionado com Indicadores de Prestação de Serviços de Educação e Saúde em 2015, (World Bank, 2015)⁶⁰, revela:

- As estimativas médias dos componentes individuais da disponibilidade de infra-estrutura foram as seguintes: 80,0% das instalações tinham água potável, 73,4% tinham acesso à eletricidade e 56,8% tinham uma casa de banho melhorada. Considerando a disponibilidade simultânea de todos os três componentes de infra-estrutura, concluiu-se que 34% das instalações tinham simultaneamente água potável, saneamento e

⁵⁹ CIA World Facebook, 2020. Cuba era o país com o melhor indicador (8,3 médicos por mil habitantes), proporcionalmente mais de 100 vezes o número de que Moçambique. <https://www.indexmundi.com/g/r.aspx?v=2226&l=pt>.

⁶⁰ World Bank (2015). Health service delivery in Mozambique. Washington DC. United States.

- eletricidade. 54,3% das instalações nas áreas urbanas atendem aos requisitos mínimos de infra-estrutura em comparação com 32,1% das instalações rurais.
- Mais de três quartos de todas as unidades de saúde ao longo do país (79,5%) possui os equipamentos considerados básicos (esfigmomanómetro, termómetro, refrigerador, equipamento de esterilização), (World Bank, 2015). A disponibilidade de equipamentos variou consideravelmente nas três regiões de Moçambique. No Centro do país, 82,9% das instalações cumpriam os requisitos mínimos, seguindo-se o Sul (79,3%) e o Norte (74,1%).
 - Mais de metade da população tem de caminhar uma hora ou mais até à unidade de saúde mais próxima. Estes dados e outros apresentados nas bases de dados do BM e OMS, quando comparados com outros países, revelam que Moçambique se situa entre os piores do mundo.
 - A taxa de mortalidade materna é de 289/100.000 mulheres grávidas, ocupando a posição 143^a entre 188 países do mundo (CIA World 2020). Estima-se que a taxa de baixo peso em menores de 5 anos seja de 44%, valor este muito acima desta taxa na maioria dos países. (CIA World 2020, MISAU Set 2023).
 - A esperança de vida à nascença encontra-se entre as piores do mundo, na posição 196^a dos 216 países avaliados. As taxas de mortalidade infantil estão entre as piores do mundo, posição 189^a dos 206 países avaliados. Ainda assim, o número de mortes de crianças menores de cinco anos apresenta uma tendência decrescente (em 1990, a taxa era de 155 por 1.000 pessoas e, em 2019, a taxa reduziu para 54 por 1.000 pessoas) (World Bank, 2022)”, em Dadá, obra citada.
 - “A variação do número de unidades sanitárias, entre 2008 e 2020, foi de 32% e a variação da população de cerca de 40%, isto é, a expansão do sistema de saúde tem sido mais lenta que o crescimento populacional. Verificou-se o aumento do número de habitantes por Unidade de Saúde (US), (a proporção, em 2020, era de 17.975 habitantes por US e, em 2008, era de 16.982 habitantes por US). A recomendação internacional é de 10.000 habitantes por US, (Bassi, Medina, e Nhampossa, 2018). As províncias de Nampula (23.297), Tete (20.805) e Zambézia (20.178) apresentam os piores rácios de habitantes por unidade de saúde, (INE, 2020).
 - Cerca de 42,7% das unidades de saúde têm medicamentos prioritários disponíveis, (World Bank, 2016). A disponibilidade desses medicamentos para mães foi menor do que para crianças em 39,4% e 49,4%, respetivamente. Os resultados mostram algumas diferenças geográficas na disponibilidade de medicamentos prioritários para mães e crianças (a disponibilidade de medicamentos nas unidades de saúde foi a seguinte: 44,6% na zona Sul, 41,3% no Centro e 43,6% no Norte). O Sul de Moçambique também teve a maior disponibilidade de medicamentos prioritários para mães (42,4%), comparando com as zonas Centro (36,9%) e Norte (40,8%). Em contraste, o Centro de Moçambique teve a maior disponibilidade de medicamentos prioritários para crianças (49,7%).
 - Segundo o Ministério da Saúde, o pessoal dos serviços de saúde cresceu, entre 2008 e 2020, em cerca de 45%. São, no total, cerca de 42.500 profissionais, dos quais, cerca de 10.000 têm formação superior. No entanto, a proporção de médicos e enfermeiros por habitante é baixa em relação à recomendação da OMS. A OMS recomenda que são necessários 2,5 profissionais de saúde por 1.000 habitantes para garantir uma cobertura adequada da população, (INE, vários anos; World Bank, 2022). A série temporal mostra uma tendência crescente do número de enfermeiros por habitante: em 1990 foi de 0.012 e, em 2019, passou para 0,47 enfermeiros por 1.000 habitantes. Entre 2000 e 2019 a tendência deste rácio foi crescente (em 2000, o número de enfermeiros por 1.000 habitantes foi de 0,287)”, Dadá, obra citada.

O quadro 5 revela: (1) as despesas de funcionamento da saúde rondam os 10% do total das despesas de funcionamento do OGE; (2) o investimento na saúde como percentagem do total do investimento público, teve variações importantes situando-se entre 15,8% em 2016 e os 8,8% em 2021, com um pico de 6% em 2018; (3) semelhante evolução teve o indicador do peso da saúde sobre o total das despesas do OGE; (4) a saúde depende o seu orçamento sobretudo em despesas de funcionamento com uma tendência acentuada para o aumento, em sentido contrário ao investimento no sector.

Quadro 5
Orçamento da Saúde

	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Func. Saúde/Total Func. OGE	9	9,0	10	9,0	10,4	10,8
Inv saúde/Inv. total	15,8	11,8	6	8,6	11,5	8,8
Despesas Saúde OGE/Total OGE	9,6	8,1	8	7,8	9,2	9,0
Func.na saúde/ Total saúde	63,4	70,2	79	74,3	75,0	82,4

Fonte: Ministério de Economia e Finanças. Relatório de Execução Orçamental⁶¹.

4.8 Conflitos laborais, sociais e pós-eleitorais

Conflitos laborais e sociais

Em diferentes momentos, ocorreram manifestações mais ou menos organizadas de natureza reivindicativa corporativa, particularmente de médicos, profissionais de saúde e professores do ensino secundário. Estes grupos possuem algum poder negocial pelas seguintes razões: (1) trabalham em sectores sociais de grande importância e sensibilidade política e social; (2) possuem, regra geral, maior consciência cidadã pelo nível educacional e natureza da profissão; (3) o local de trabalho facilita os contactos/conversas, discussão dos seus assuntos.

As organizações profissionais reclamam, geralmente, melhores salários e pagamento de horas extras, condições e segurança no trabalho, dignificação profissional e cumprimento ou revisão das carreiras profissionais.

A outra parte negocial, o governo, conhece a sensibilidade social dos sectores e procura destacar os efeitos da greve junto da população, com chamadas à consciência e profissionalismo, o que, muitas vezes, divide os profissionais, geralmente segregando os que não são membros de organizações. Com base nos serviços mínimos e na saturação de tempo das negociações, os profissionais vão regressando aos locais de trabalho. Simultaneamente, o governo ameaça os profissionais com marcação de faltas e descontos salariais, em algumas circunstâncias anticonstitucionalmente.

Na primeira greve dos médicos, o governo impôs transferências compulsivas de Maputo para as províncias e reformas antecipadas. As promessas são parcialmente respeitadas ou não são cumpridas, e são respondidas pelas organizações com ameaças de regresso à greve em que, muitas vezes, se concretizam.

⁶¹ <https://www.mef.gov.mz/>.

Ocorreram também greves e manifestações, sobretudo nas empresas da grande indústria mineira⁶² e nas empresas agrárias de monocultura⁶³, que são geralmente reprimidas policialmente e/ou promessas conciliatórias nem sempre cumpridas. As conflitualidades laborais têm como motivos: os baixos salários, as condições de trabalho (segurança, saúde, etc.), os reassentamentos populacionais (tipo de construção, tamanho das casas e espaços de quintal, condições de produção, distâncias em relação aos serviços e mercados, entre outros aspectos).

Regra geral, o poder político apoia as irregularidades governamentais, desde o não-respeito pelas leis⁶⁴, incluindo através do uso abusivo da força policial, até ao apoio político e diplomático às multinacionais⁶⁵.

Não obstante a existência de conflitos laborais e sociais, estes podem ser considerados de curta duração, baixa frequência e reduzida intensidade. Justificam estas características os seguintes factores: (1) baixo sentimento de cidadania, organização da sociedade civil; (2) repressão violenta no caso de existência de manifestações e greves; e, (3) controlo social preventivo, tanto dos responsáveis de organizações da sociedade civil, como dos “cabeças” de greves e manifestações, com ameaças de diferentes tipos.

A exploração mineira artesanal (vulgo garimpo) origina conflitualidades de diferentes tipos, envolvendo cidadãos nacionais e destes com estrangeiros pertencentes a redes de tráfico, e ainda motivados por ‘invasões’ de garimpeiros dos espaços de concessão mineira, estando estes em exploração ou não⁶⁶.

⁶² Sobre o carvão de Tete (Moatize), veja, por exemplo: Mosca, João e Selemane, Tomás (2011): *EL DORADO TETE: os megaprojectos de mineração*. Centro de Integridade Pública. Maputo, e Selemane, Thomas (2016). *Entre a Implosão do El Dorado e a Contínua Degradação das Condições de Vida dos Reassentados*. Observador Rural Nº 45. OMR. Maputo.

⁶³ Joaquim Joana, Sampaio Ana e Mosca João (2018). *Agronegócio Internacional e Multidimensionalidade da Percepção de Valor dos Pequenos Produtores Agrícolas em Xinavane, Moçambique: Uma Análise Factorial Confirmatória*. Desenvolvimento e Sociedade. Revista Interdisciplinar em Ciências Sociais, Nº4. Universidade de Évora.

⁶⁴ O Governo de Moçambique aceitou ter havido irregularidades na concessão do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) em Afungi, província de Cabo Delgado, à empresa Rovuma Basin LNG Land, Limitada (RBLL), para a implantação da Fábrica de Liquefação de Gás Natural no distrito de Palma. <https://www.folhademaputo.co.mz/pt/noticias/nacional/duat-atribuido-a-rbll-em-palma-e-ilegal-conclui-relatorio/>, de 19-05-2015. As irregularidades aconteceram desde o processo de auscultação às populações abrangidas até ao processo de decisão.

⁶⁵ Como, por exemplo, a presença do então Presidente Armando Guebuza e Joaquim Chissano na abertura da mina de Moatize. Alberto Vaquina, então governador da província de Tete, afirma em entrevista ao semanário SAVANA, que a exploração mineral em Tete é o “laboratório de mudanças sociais e económicas”. SAVANA, 30.09.2011.

⁶⁶ Maquenzky, Jerry (2023). *Interesses sobre os recursos minerais em Cabo Delgado: Uma aplicação da Análise de Clusters*. Destaque Rural Nº 226. OMR. Maputo.

Maquenzky, Jerry e Feijó, João (2023). *Deslocações forçadas e aumento da pressão sobre o garimpo em Namanhumbir*. Observador Rural Nº 134. OMR. Maputo.

Maquenzky, Jerry e Feijó, João (2019) *A maldição dos recursos naturais: Mineração artesanal e conflitualidade em Namanhumbir*. Observador Rural Nº 75. OMR. Maputo.

Conflitos pós-eleitorais

Em todas as eleições houve reclamações de fraude e actos ilícitos por parte do sistema judicial e uso da força por parte da polícia. Em alguns casos, seguiram-se períodos de conflito armado de curta e média duração (entre 2 e 3 anos). As principais reclamações da oposição referem-se a enchimentos de urnas antes ou depois dos actos eleitorais, movimento de populações para votar em círculos que não os correspondentes, ameaças policiais nos locais de voto, incluindo com tiroteio e ferimentos ou mortes, contagem de votos nas mesas de voto e troca de editais imediatamente após o fim das votações, preenchimento ilícito de actas, falhas de energia, entre outras irregularidades.

De notar que os conflitos armados pós-eleitorais acontecem na zona Centro do país, em relação à qual existe um debate na sociedade acerca de motivações étnicas de raízes históricas, não somente de naturezas identitárias, como de acesso a recursos e negócios, a representatividade nas instituições do sistema político. A guerra civil e os conflitos pós-eleitorais tiveram origem em zonas de Sofala e Manica, onde existe uma grande presença do voto nos partidos da oposição, também designado de voto étnico⁶⁷.

Todas estas práticas acontecem sistematicamente e em todas as eleições gerais e municipais. O poder judicial contradiz-se, aos diferentes níveis, contrariando a lei eleitoral, debatendo as competências dos diferentes níveis do sistema judiciário, salvo alguns poucos casos de repetição de eleições municipais.

A comunidade internacional, através de observadores e dos serviços diplomáticos, e apesar dos processos complicados de acreditação dos observadores (possivelmente para dificultar ou evitar as suas funções), regra geral, reconhecem as ilegalidades e actos ilícitos e apelam por mais integridade e democracia, mas sempre terminam por se posicionar do lado da ilegalidade e do governo, afirmando não serem suficientes para alterar os resultados. Estes discursos não são admissíveis nem podem existir nos países com democracias consolidadas.

A sociedade civil possui observadores emitem comunicados em que condena situações irregulares, mas não possui força de pressão para qualquer alteração ou preocupação governamental.

Finalmente, os partidos que obtêm assentos parlamentares acabam por não mover acções determinadas e ocupam os seus lugares no Assembleia da República.

4.9 Ambiente

A questão central das mudanças climáticas a longo prazo é o clima e solos, com crescentes áreas de aridez e semidesérticas (veja a figura 4). Existem evidências estatísticas que indicam um aumento da frequência e da intensidade dos choques climáticos (veja gráfico 17). Estes fenómenos resultam de mudanças globais e regionais há longo prazo.

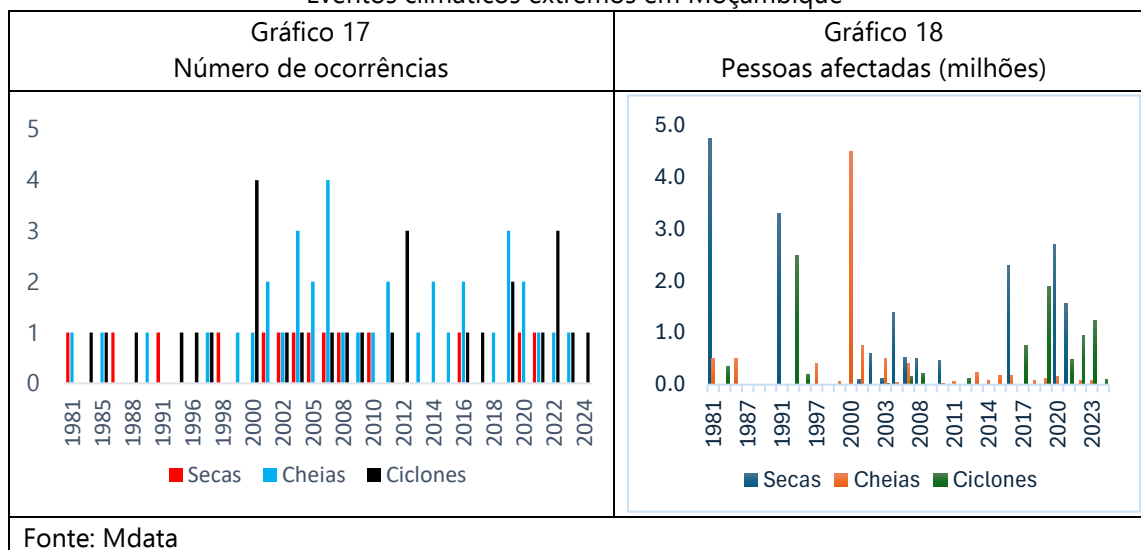
⁶⁷ Florêncio, Fernando (2002). Identidade étnica e práticas políticas entre os vaNdau de Moçambique. Cadernos de Estudos Africanos Nº 3. Centro de Estudos Internacionais. <https://journals.openedition.org/cea/1085>.

Sobre as primeiras eleições, após o fim da guerra civil, veja De Brito, Luís (1995). "O comportamento eleitoral nas primeiras eleições multipartidárias em Moçambique". Em Brazão Mazula (org), *Moçambique, eleições, democracia e desenvolvimento*, Maputo, 1995, pp. 473-499.

É possível observar: (1) aumento das ocorrências entre 2000 e 2011, e menor frequência entre 2012 e 2023, mas uma média de choques mais intensos, sobretudo de ciclones associados a cheia; (2) entre 1980 e 2000, tanto a frequência, como a intensidade, foram inferiores às ocorrências nas décadas seguintes. O gráfico 18 revela uma grande variabilidade do número de pessoas afectadas entre 1981 e 2024, em média, uma menor intensidade dos choques (medida pelo número de pessoas afectadas).

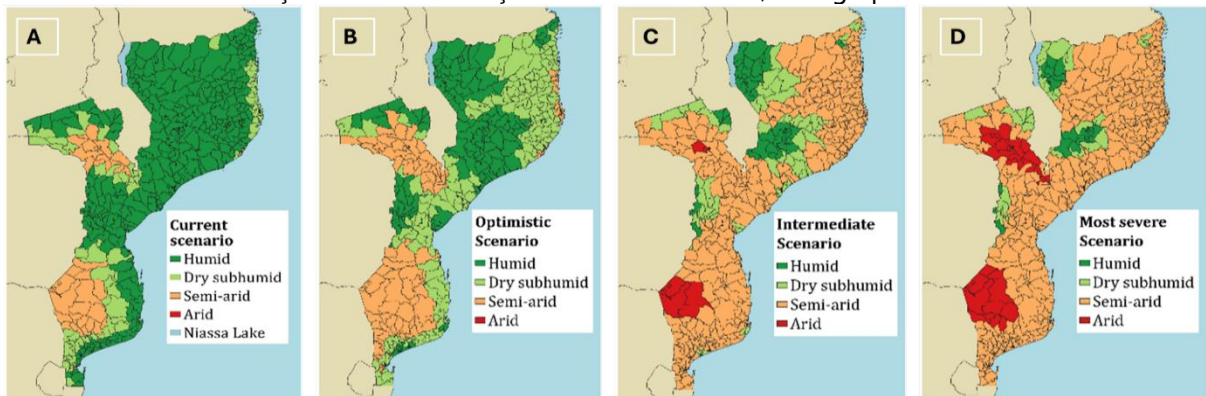
Gráfico 17

Eventos climáticos extremos em Moçambique



A curto prazo, contribuem para as mudanças climáticas, os seguintes aspectos: (1) a desmatção acelerada resultante de estratégias de obtenção de rendimentos das famílias rurais (carvão, estacas, mel e outros produtos florestais) e para consumo familiar (sobretudo para a construção da habitação, protecção de quintais e vedações diversas) e corte de árvores para fins comerciais, incluindo, em grande parte, para exportação legal ou de tráficos diversos de madeira exótica; (2) desmatção da costa (sobretudo de mangais) para produção de combustível, materiais de construção, produção de sal, exploração de areias costeiras, minerais e *shrimp farming*; (3) urbanização ou ruralização urbana desordenada e sem infra-estruturas correspondentes ou manutenção das existentes, provocando disputas e negócios de terras, mau saneamento urbano, etc.; (4) pouca manutenção dos vales dos principais rios inundáveis (diques de defesa e drenagem dos leitos), bem como dos sistemas de regadio provocando a deterioração dos solos e redução do potencial produtivo; (5) prática de sistemas agroflorestais e pecuários agressivos ao ambiente, provocando perda de biodiversidade e maior vulnerabilidade aos fenómenos climáticos globais e locais e de médio e longo prazos; e, (6) construção civil (habitação, estradas e pontes) vulneráveis aos ciclones e cheias.

Figura 4
Simulações sobre a evolução da aridez climática, a longo prazo.



Fonte: Abbas *et al.* (2023) disponível em <https://link.springer.com/article/10.1007/s11027-023-10082-5>, com base na tese de doutoramento da autora.

O avanço das zonas áridas implica migrações, redução da actividade económica e dos rendimentos das famílias, dificuldades de mobilidade e menos serviços aos cidadãos. São, conforme acima referido, um importante factor de conflito nessas zonas e nos locais de destino das migrações.

Moçambique tem revelado, por um lado, uma baixa capacidade em aumentar as resiliências contra os fenómenos ambientais e, por outro lado, a permissibilidade de exploração de recursos naturais que aumentam os efeitos dos choques ambientais⁶⁸. Neste aspecto, o Estado tem-se manifestado frágil na tomada de medidas contra a exploração ilegal da floresta e de recursos marítimos, na implementação dos planos de ordenamento urbano e do território, na defesa da costa e dos campos agrários, e na manutenção ou introdução de sistemas de produção agrários “amigos do ambiente”, entre outras medidas.

Quando existem recursos da cooperação para efeitos de redução dos impactos causados por choques climáticos, seja em forma de ajuda de emergência, seja em fundos para a reconstrução de infra-estruturas, o Estado (escolas, centros de saúde, sistemas de drenagem, etc.) revela-se pouco eficaz. “O processo de reconstrução de casas pós-ciclone Idai, em Sofala, está muito atrasado, tendo em conta o que estava previsto em termos de calendarização. Até Setembro deste ano, segundo dados apurados pelo “O País”, devem ser intervencionadas 15 mil casas em quatro distritos, mas, até ao momento, apenas 300 é que foram concluídas⁶⁹”. “O gabinete governamental é acusado de privilegiar a reconstrução de infraestruturas públicas e não dar apoio directo à população afectada pelos ciclones na cidade da Beira...⁷⁰”. Várias organizações internacionais, governos e instituições financeiras implementam programas de emergência em situações de pós-choque, não existindo, de forma global e independente, uma avaliação sobre a recuperação das infra-estruturas, habitação, emprego e pequenos negócios, retoma dos modos de vida, etc. As instituições actuam isoladamente, muitas vezes descoordenadas entre si e com ausência de planeamento da reconstrução por parte das instituições públicas. As promessas de

⁶⁸ Mosca, João e Lasse, Nehemias (2023). Inundações em Moçambique: o factor humano como agravante. Destaque Rural N° 209. OMR. Maputo.

⁶⁹ <https://opais.co.mz/reconstrucao-pos-idai-concluidas-apenas-300-das-15-mil-casas-previstas-em-sofala/>, 20/02(2024).

⁷⁰ <https://www.dw.com/pt-002/beira-reconstru%C3%A7%C3%A3o-p%C3%B3s-ciclones-s%C3%B3-para-edif%C3%ADcios-p%C3%BAblicos/a-68385085>, 27/02/2024.

recursos não são, geralmente, cumpridas no tempo e em volume; o director-executivo Gabinete de Reconstrução Pós-Ciclone Idai, afirmou ao jornal @verdade⁷¹: “logo a seguir ao desastre nós avaliámos em 600 milhões de dólares o custo do Programa de Habitação. Neste momento, temos menos de 100 milhões do Banco Mundial e de outras organizações”.

A capacidade de pré-aviso de choques pode ter eficácia a nível central e transnacional, mas persistem deficiências na chegada da informação aos locais de maior impacto previsto. Por outro lado, existem resistências por parte das populações em se deslocarem dos seus locais de habitação, produção, emprego, e também por razões religiosas e culturais.

As instituições estatais são vulneráveis em relação a situações de corrupção (tráficos de madeira, pedras preciosas, ouro, pesca ilegal, etc.) que aumentam a vulnerabilidade climática e a capacidade de resiliência, ao permitir a exploração ambientalmente agressiva das grandes mineradoras e da agricultura de monocultura, não tomar medidas suficientes contra a destruição da vegetação costeira, entre outros aspectos. Por outro lado, inicia-se o negócio de carbono⁷² que, sob a narrativa da conservação ambiental, representa receitas para o país e fortes restrições de uso dos recursos naturais pelas populações e processos de reassentamento no quadro do que se designa de zonas tampão das “reservas”.

Os choques ambientais são também factores de conflitualidade como, por exemplo, a ocupação de terras pelos deslocados das cheias, secas e dos reassentamentos e as migrações, que aumentam a pressão sobre os recursos naturais, ocorrendo conflitos locais⁷³. Em situações de recuperações pós-choques existem questionamentos sobre a transparência na utilização de fundos e as prioridades de reconstrução, e descontentamento das populações por promessas não cumpridas ou realizadas de forma muito atrasada.

É importante que existam políticas dirigidas às zonas em processo de aridez, como, por exemplo: (1) reforço de apoios à produção local, como a pecuária e caça; (2) introdução de variedade de cultivos e de sementes resistentes à seca; (3) construção de represas de dimensão variável e canais de desvio de cursos de água de zonas com água abundante para abastecimento e irrigação nas zonas áridas; (4) reforçar os serviços de educação, saúde e outros que melhorem a vida da população; (5) incentivar empresários a investir em aproveitamentos dos recursos e potencialidades locais (por exemplo, na pecuária, agricultura com irrigação controlada, matadouros, *game farms* e outras actividades turísticas, etc.); (6) atribuição de incentivos para que técnicos desenvolvam actividades profissionais nessas regiões (habitação, preferências para frequência e bolsas em cursos de formação e na progressão da carreira profissional, etc.).

⁷¹ Publicado em 19 de Setembro de 2019.

⁷² Bruna, Natacha (2024). *Deve Moçambique embarcar para o mercado de carbono? Uma análise crítica dos mercados de carbono como solução para a crise socioambiental*. Destaque Rural Nº 266. OMR. Maputo. Da mesma autora, 2023, *Ouro invisível: o carbono e a usurpação de direitos de emissão*. Destaque Rural Nº 212. OMR. Maputo.

⁷³ Veja, por exemplo, Mandamule, Uacitissa (2024). *“Para viver longe do risco”. Das aldeias comunais aos bairros de reassentamentos pós-desastres em Moçambique, um déjà-vu?* Destaque Rural Nº 263. OMR. Maputo. Da mesma autora, 2024, *Reassentamento pós-Idai e acesso à terra pelas mulheres e jovens em Búzi, Sofala*. Destaque Rural Nº 262. OMR. Maputo.

Bruna, Natacha (2020). *Ambiente como novo veículo de usurpação de recursos em Moçambique: Um enfoque nos reassentamentos*. Destaque Rural Nº 83. OMR. Maputo.

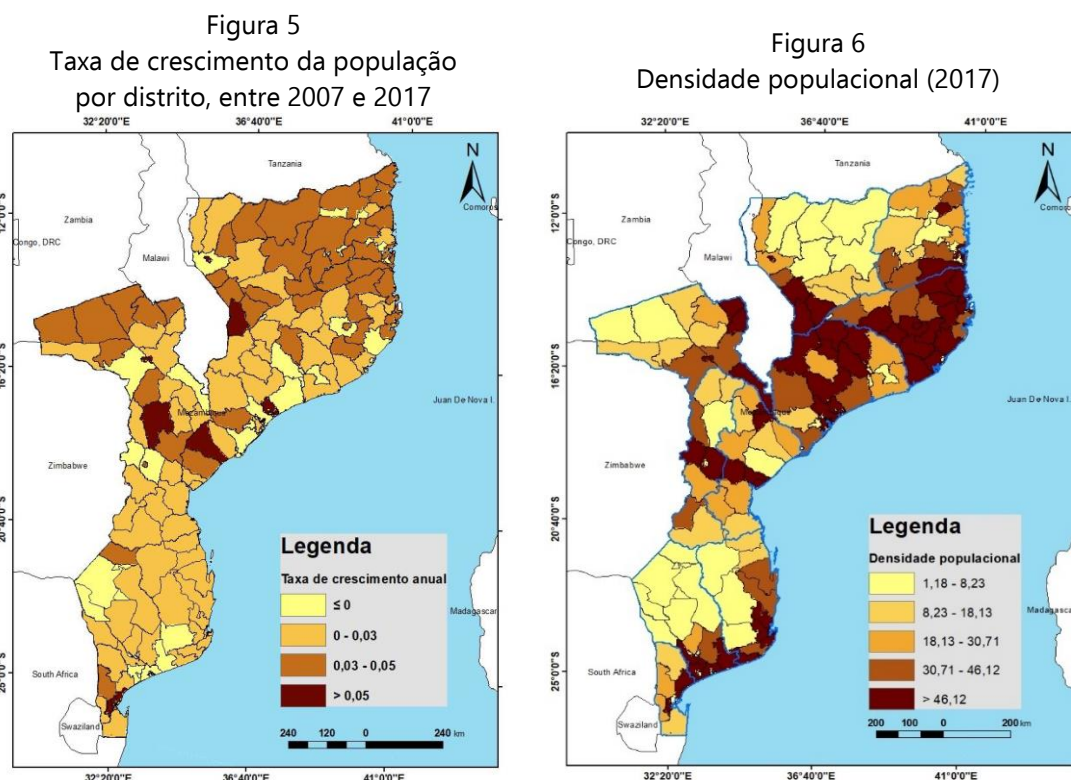
4.10 Demografia

A evolução demográfica tem, e terá, efeitos importantes no conjunto da sociedade. O crescimento demográfico, em redor de 3%, exige, nas condições de Moçambique, um crescimento económico superior a essa taxa e, sobretudo, políticas públicas de redistribuição da riqueza contrárias às que têm sido adoptadas e que o presente texto especifica, sobretudo: (1) secundarização da agricultura e, em particular, dos pequenos produtores criadores de mais de 95% da produção agrária primária (bens agrícolas e pecuários), assente em sistemas de produção de mão-de-obra intensiva de baixa produtividade e, portanto, pouco integrada nos mercados e com baixo rendimento monetário; (2) a asfixia do tecido empresarial nacional e a preponderância do investimento e da poupança externa, gerando uma economia dependente, onde as actividades destinadas ao mercado interno são de baixo volume devido à escassa procura, considerando a escala/dimensão do mercado e da economia nacional; (3) o aumento da pobreza em termos de população abrangida e das desigualdades sociais e territoriais, como consequência do crescimento sectorial afunilado em sectores localizados em espaços limitados, pouco geradores de emprego e de base social pouco alargada, fazendo surgir economias informais de baixo rendimento; (4) o modelo concentrado e extrovertido dominante provoca desequilíbrios macroeconómicos, sobretudo nas componentes da balança de pagamentos, no Orçamento Geral do Estado, na baixa capacidade de investimento nacional e baixa poupança interna; (5) uma baixa capacidade do Estado em assegurar os serviços básicos aos cidadãos (educação, saúde, segurança social e segurança física e estabilidade social, entre outros).

O crescimento da população assenta também em valores culturais, de estratégias de reprodução económica e social das famílias (sobretudo rurais), em contexto de pobreza, baixa literacia e integração nos mercados. O crescimento da população é ainda suportado por melhorias no sistema de saúde de cuidados primários e pré-natal e do aumento da esperança de vida.

As migrações acontecem, sobretudo, em busca de trabalho e de novas condições de vida, sobretudo das famílias mais pobres, e mais numerosas (principalmente do número de dependentes jovens). As migrações para os centros urbanos, foram inicialmente e mantidas no tempo, devido a contextos de instabilidade militar e, principalmente nas duas últimas décadas, devido a choques climáticos e por atracção económica dos grandes investimentos que criaram mais expectativas do que a criação efectiva de emprego.

As figuras 5 e 6 revelam o crescimento e a densidade populacional.



Fonte: INE.

As figuras (mapas) 5 e 6 revelam taxas de crescimento médio muito diferenciadas entre os distritos, podendo-se afirmar que, em geral, os distritos com maior crescimento são os que possuem uma maior densidade populacional. Pode-se inferir que seja resultante de factores históricos, mas também actuais; inversamente, esta constatação confirma que os distritos de menor densidade são os de menor crescimento populacional, o que revela fenómenos emigratórios. Grosso modo, a maior densidade e crescimento populacional situam-se nas zonas urbanas e distritos vizinhos, na maioria dos distritos fronteiriços, ao longo da costa, nos corredores de desenvolvimento (Beira e Nacala) e nas zonas de maior potencial agrícola e presença do agronegócio e exploração mineira. As figuras 4, 5 e 6 são coerentes entre si.

As migrações são geradoras de conflitualidades, como, por exemplo, o surgimento do desemprego e conseqüente instabilidade social, a disputa por terras e locais de habitação e de negócios e de conflitualidades sociais e laborais. O aumento da densidade populacional aumenta a pressão sobre os recursos provocando desmatamento, redução da fertilidade dos solos, contaminação da água e dos solos, o que aumenta a vulnerabilidade (reduz a resiliência) contra os choques climáticos.

Existem ainda migrações ilegais, sobretudo nas zonas com recursos minerais abundantes e onde existe a exploração artesanal (garimpo) dos mesmos, associadas a tráficos com ligações com as autoridades e elites locais, gerando negócios que terminam por beneficiar grupos de pessoas de origem local.

Se, por um lado, for considerado o crescimento da população previsto para 2050 (a população atingirá entre 50 e 60 milhões, conforme os cenários⁷⁴), com aumento da esperança de vida e envelhecimento da população e, por outro lado, os défices existente actualmente em termos de emprego, produção alimentar e de outros bens de consumo (agroindústria, têxteis, calçado, materiais de construção, embalagens, etc.), infra-estruturas, prestação de serviços de educação, saúde, transportes, segurança social e na capacidade do investimento público, entre outros aspectos, pode-se ter um dimensão dos níveis de crescimento económico médio necessários. Francisco (2020)⁷⁵ afirma que seria necessária uma expansão em capital e infra-estruturas de 14% por ano para cobrir o aumento da população numa média de 3% e, não, os actuais 8% projectados para a próxima década.

5. RESUMO E CONCLUSÕES

5.1 Resumo

Moçambique tem atravessado por crises de média e longa duração, com factores de crise diversos e combinados entre si (políticas, militares, económicas e sociais), onde os factores e os efeitos multidisciplinares e de origem interna e externa se reforçam mutuamente. Guerras e instabilidade política e militar e círculos económicos de curta e média duração e de grande amplitude, assentam em factores externos relacionados com a exploração de recursos naturais e o investimento estrangeiro, associado, em alguns casos, a factores geopolíticos derivados da posição geográfica do país e às suas riquezas naturais. Esta realidade encontra, nas fragilidades do Estado e das instituições, espaços que facilitam alianças entre o capital externo e as elites locais, onde a corrupção é endémica e os interesses do país são secundarizados. O Estado frágil e, em algumas zonas, com algumas características de Estado falhado, o acesso e a qualidade dos serviços básicos aos cidadãos e questões laborais e crises pós-eleitorais, só não possuem maiores conflitualidades, devido às fraquezas da sociedade civil e à baixa consciência de cidadania da maioria dos moçambicanos. A cooperação para o desenvolvimento e a ajuda humanitária têm sido “almofadas” das situações em que a população vive em contextos de conflitos armados, de choques climáticos e de insegurança alimentar.

O partido no poder possui uma governação concentradora e centralizadora e com métodos militaristas, sendo eficaz no controlo social com mecanismos de defesa e reprodução do poder, como seja a não-divisão dos poderes conforme um Estado republicano, o controlo da informação, os métodos de cooptação e, se necessário, de coacção e ameaças a organizações da sociedade civil e dos partidos políticos com e sem assentos parlamentares. Estes mecanismos, sendo de defesa de poder e, portanto, de silenciamento/controlo de factores de conflitualidade, podem, no tempo, agravar-se e transformarem-se em movimentos sociais e políticos com ou sem violência armada.

Estrutura-se um Estado convenientemente frágil e forte. Frágil, para a regulação e administração das funções do Estado na sociedade e na economia, na eficácia e eficiência da administração pública, na garantia da segurança do Estado e da sociedade na prestação de serviços dos cidadãos e na defesa da segurança e integridade dos moçambicanos e do país. Por outro lado, o Estado é

⁷⁴Segundo o Governo, são previsíveis 60 milhões de habitantes. Em <https://e-global.pt/noticias/lusofonia/mocambique>, de 27 de fevereiro de 2020.

⁷⁵ <https://e-global.pt/noticias/lusofonia/mocambique>, Ibidem.

forte no aparelho repressivo dos cidadãos, na capacidade de captura de forças opositoras e da sociedade civil, nas relações diplomáticas para a atracção de recursos e da cooperação para o desenvolvimento e programas humanitários, na concessão de facilidades ao investimento externo, ao mesmo tempo que as políticas públicas e monetárias asfixiam propositadamente o tecido económico nacional e a emergência de uma classe empresarial competitiva, ética e patriótica, assim como de uma cidadania organizada e consciente dos seus deveres e obrigações

Os factores e os conflitos têm implicado ciclos de crises económicas e sociais agudas que se refletem na variabilidade do crescimento económico, dos equilíbrios macroeconómicos, na pobreza e desigualdades sociais e territoriais, em indicadores sociais reflectidas internamente e nos rankings internacionais (índice de desenvolvimento humano, da pobreza, das desigualdades, nas áreas da educação, saúde, etc., dos direitos humanos, da democracia, entre outros). Para além destes e de outras posições nos rankings internacionais, a imagem externa (e interna) do país, tem evoluído através de classificações pouco dignificantes, como a de um Estado frágil, financiador o terrorismo, país de tráfico de droga,

A pobreza, em paralelo com manifestações exteriores de riqueza de origem duvidosa, as desigualdades de rendimento social e territorial e de oportunidades de negócios, os níveis de desemprego e dos salários, a dimensão das economias informais, e as representatividades regionais nos centros de poder real, levantam questões sobre a etnicidade e a unidade nacional em torno de um Estado que deveria ser aglutinador das identidades históricas, culturais, económicas e sociais diversas. Estes aspectos são de difícil compreensão pela Frelimo, cujo discurso se refere a uma só nação e um só povo.

O acesso e a qualidade desigual aos diversos serviços aos cidadãos abrem espaços para um sector privado, sobretudo nos centros urbanos, e as benesses de cargos públicos e manifestações exteriores de riqueza agravam as diferenças sociais e territoriais, contribuindo para sentimentos que podem ser indutores de motivações regionais, étnicas, de indignação e que dificultam a criação de um sentimento de nacionalidade, patriotismo, isto é, de pertença a um Estado e território comum acima da região e etnia.

.ortâncias diferentes no grau de influência sobre os conflitos e que as dinâmicas entre factores, efeitos e tipos de conflito podem alterar e aprofundar os efeitos/consequências políticas, económicas, sociais e de sustentabilidade ambiental.

A hipótese deste trabalho está confirmada: Os conflitos em Moçambique são de diferentes naturezas manifestam-se de diversas formas, resultam de uma combinação de factores que se reforçam mutuamente e geram dinâmicas políticas, económicas e sociais que podem resultar na reprodução e ampliação dos conflitos.

LISTA DOS ÚLTIMOS 20 TÍTULOS PUBLICADOS PELO OMR DA SÉRIE OBSERVADOR RURAL*			
Nº	Título	Autor(es)	Ano
151	As novas fronteiras do carvão em Moatize: conflitualidades e crise de reprodução social entre as famílias "camponesas"	Alberto Tovele	Dezembro de 2024
150	Experiências de violência em cabo delgado: o passado e o presente de mulheres afectadas pelo conflito armado	João Feijó e Neuza Balane	Novembro de 2024
149	A integração socioeconómica das mulheres deslocadas internamente devido ao conflito em Pemba, Cabo Delgado	Daniel Missell	Outubro de 2024
148	Factores determinantes de preços de produtos alimentares na cidade de Maputo	Rabia Aiuba	Setembro de 2024
147	O conceito de camponês e a realidade de Moçambique numa perspectiva de longa duração	João Mosca	Agosto de 2024
146	Avaliação do impacto do desmatamento e degradação floresta nos meios de subsistência das famílias rurais da província do Niassa, norte de Moçambique	Aires Afonso Mbanze e Cremildo Ribas Dias	Julho de 2024
145	Uma fraude chamada ensino primário público? Reprodução de diferentes níveis da cidadania e comprometimento de um projecto de unidade nacional	João Feijó e Neuza Balane	Junho de 2024
144	Moçambique mais subdesenvolvido um revisitar teórico sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento	João Mosca	Maio de 2024
143	Configuração da estrutura económica de Moçambique Nuna perspectiva de longa duração	João Mosca	Abril de 2024
142	Bases para a elaboração de um índice de dependência externa. Exemplo de Moçambique	João Mosca, Yara Nova e Rabia Aiuba	Março de 2024
141	Análise do projecto SUSTENTA (2017-2019)	Nelson Capaina, Yara Nova e João Mosca	Fevereiro de 2024
140	Alguns determinantes da produtividade agrícola em Moçambique	Yasser Arafat Dadá e João Mosca	Janeiro de 2024
139	Instrumentos de política agrícola e a produção agrícola em Moçambique	Rabia Aiuba	Agosto de 2023
138	"Antes de as mineradoras chegarem, produzámos muito... agora, já não": impacto da mineração do carvão na produção agrícola das comunidades circunvizinhas às minas em Moatize	Mélica Chandamela	Julho de 2023
137	Após o ciclone idai, as inundações: narrativas e lições de um desastre (in)esperado e "excepcional"	Uacitissa Mandamule	Maio de 2023
136	Penetração de capital no meio rural, exclusão e expropriação: mecanismos de compensação em contexto de desigualdades pré-existentes	Natacha Bruna	Abril de 2023
135	Reforma legal e o mercado de terras em Moçambique	Nelson Capaina	Março de 2023
134	Deslocações forçadas e aumento da pressão sobre o garimpo em Namanhumbir	Jerry Maquenzi e João Feijó	Fevereiro de 2023
133	Os espaços de participação e de exercício da cidadania, na voz de líderes associativos da província de Cabo Delgado	João Feijó	Janeiro de 2023
132	Desafios e oportunidades na produção orizícola no baixo Zambeze: O caso da província da Zambézia	Nelson Capaina	Novembro de 2022
131	Acesso e alocação de terras para além dos grandes investimentos: O papel das elites políticas e económicas em Boane	Josefina Tamele	Outubro de 2022
130	Produção Agrícola e Empoderamento de Mulheres em Contextos Rurais: análise do projecto AgriMulheres em três povoados da província de Nampula (2018- 2021)	Neuza Balane e João Feijó	Setembro de 2022

*Para acessar aos restantes textos da série Observador Rural, visite a nossa página web pelo link:
<https://omrmz.org/observador-rural/>



O OMR é uma Associação da sociedade civil que tem por objectivo geral contribuir para o desenvolvimento agrário e rural numa perspectiva integrada e interdisciplinar, através de investigação, estudos e debates acerca das políticas e outras temáticas agrárias e de desenvolvimento rural.

O OMR centra as suas acções na prossecução dos seguintes objectivos específicos:

- Promover e realizar estudos e pesquisas sobre políticas e outras temáticas relativas ao desenvolvimento rural;
- Divulgar resultados de pesquisas e reflexões;
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, seja através de comunicados de imprensa como pela publicação de textos;
- Constituir uma base de dados bibliográfica actualizada, em forma digitalizada;
- Estabelecer relações com instituições nacionais e internacionais de pesquisa para intercâmbio de informação e parcerias em trabalhos específicos de investigação sobre temáticas agrárias e de desenvolvimento rural em Moçambique;
- Desenvolver parcerias com instituições de ensino superior para envolvimento de estudantes em pesquisas de acordo com os temas de análise e discussão agendados;
- Criar condições para a edição dos textos apresentados para análise e debate do OMR.

Patrocinadores:



Rua Faustino Vanombe, nº 81, 1º Andar
Maputo – Moçambique
www.omrmz.org